



Coren^{BA}
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

Relatório de Gestão e Atividades 2021



CRÉDITOS

DIRETORIA – TRIÊNIO 2021-2023

Holmes Rocha dos Santos Filho

Presidente Interino

Giszele de Jesus dos Santos Paixão

Primeira Secretária

Katia Nascimento Gama

Primeira Tesoureira Interina

Plinio de Oliveira Borges

Segundo Secretário

ELABORAÇÃO

Nadson Oliveira

Assessor de Planejamento e Gestão

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO

Vitória Alves de Souza

Estagiária do Núcleo de Comunicação

PLENÁRIO 2021-2023

CONSELHEIROS(AS) EFETIVOS(AS)

Daniela Pinheiro dos Santos

Coren-BA 315781-ENF

Gabriela Souza de Oliveira

Coren-BA 218442-ENF

Gilma do Carmo Campos Alves

Coren-BA 279404-TE

Giszele de Jesus dos Anjos Paixão

Coren-BA 348141-ENF

Holmes Rocha dos Santos Filho

Coren-BA 228171-ENF

Joice dos Santos Reis

Coren-BA 341151-ENF

José Vicktor Oliveira Silva

Coren-BA 342235-ENF

José Welton de Jesus

Coren-BA 568697-TE

Josimari Xavier dos Santos

Coren-BA 368373-TE

Kátia Nascimento Gama

Coren-BA 274445-TE

Maria Ângela da Conceição

Coren-BA 669821-TE

Natale Oliveira de Souza

Coren-BA 077749-ENF

Ossimar Santos

Coren-BA 577798-AE

Patrícia Sena Machado Oliveira Silva

Coren-BA 315991-ENF

Plinio de Oliveira Borges

Coren-BA 370505-ENF

CONSELHEIROS(AS) SUPLENTE(S)

Albert Ramon Oliveira Santos

Coren-BA 437070-ENF

Ana Cristina da Cruz Ramos

Coren-BA 530492-TE

André Santos Freitas

Coren-BA 421025-ENF

Aprigio da Silva Filho

Coren-BA 308999-TE

Cristiane Miranda da Silva

Coren-BA 352962-TE

Cristiane Moreira Azevedo

Coren-BA 791675-TE

Cristiano Cardozo dos Santos

Coren-BA 278560-TE

Handreys Goreth Silva Magalhães

Coren-BA 119411-ENF

Jamile Carvalho Rodrigues

Coren-BA 263209-ENF

Jamile Santos de Carvalho

Coren-BA 419330-ENF

Jamilly Alves Santana

Coren-BA 882100-TE

Jefferson Alves Santana

Coren-BA 435998-ENF

Joelma Ribeiro da Silva Freitas

Coren-BA 385933-ENF

Lília Pereira Costa Cordeiro

Coren-BA 418004-ENF

Maria Luiza Leitão Campelo

Coren-BA 112986-ENF

Stella Renathe Tolentino Silva Souza

Coren-BA 246136-ENF

Suzete Machado Bastos

Coren-BA 103443-TE

MENSAGEM DO PRESIDENTE – TRIÊNIO 2021-2023



Enf. Holmes Rocha dos Santos Filho

A nova gestão do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) tomou posse em janeiro de 2021. Carregados de um latente compromisso de mudança, sentimento este hegemônico no conjunto dos profissionais de enfermagem, assumimos a tarefa imbuídos com a mais nobre missão: representar os 150 mil profissionais espalhados por este vasto território de dimensão continental através da normatização, disciplina e fiscalização do exercício profissional observando as diretrizes gerais, instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

O desafio que se apresentou era imenso diante da pandemia da Covid-19, que evidenciou ainda mais o protagonismo de uma categoria tão importante num momento impar da humanidade. A luta pela instituição do Piso Salarial Nacional, o PL 2564/2020, e a regulamentação das 30 horas enquanto jornada de trabalho, dentre outras pautas da enfermagem, puderam contar com o apoio do nosso Conselho, mesmo não sendo nossas finalidades institucionais.

O ano de 2021 foi marcado por uma grande inflexão nos rumos do Coren-BA. A grande instabilidade causada pela segunda onda da pandemia da Covid-19, no primeiro trimestre de 2021, aliada ao retardamento no processo de vacinação, em comparativo com as grandes nações do mundo, impôs ao nosso Regional uma série de medidas, dentre elas a apresentação de um novo Plano de Contingência, tendo em vista a necessidade de conciliarmos a regularidade das atividades com o devido cuidado sanitário, como forma de conter, até então, o crescente processo de contaminação das pessoas, em meio à pandemia.

Realizamos, durante o ano, um vigoroso Planejamento Estratégico que culminou na formatação do nosso Plano Plurianual 2022-2024, sendo este um conjunto de 10 (dez) objetivos estratégicos, distribuídos

entre 4 (quatro) perspectivas, onde foram definidas 12 (doze) iniciativas e 44 (quarenta e quatro) projetos e ações, além de 12 (doze) indicadores classificados entre balizadores, estratégicos e táticos, tendo como horizonte a nossa Visão, Missão e Valores. Serão investidos mais de R\$ 3.600.000,00 nos próximos três anos, visando melhorar o atendimento no Regional com ampla modernização, através de informatização, fortalecimento das estruturas de fiscalização e valorização dos profissionais de enfermagem: medidas necessárias para dotar o Coren-Ba de uma estrutura adequada e pronta para atender às demandas de uma categoria que cresceu, em média, 5,25% nos últimos três anos.

Um fator superveniente de grande impacto administrativo foi a abertura do processo investigatório 102/2021, instaurado pelo Cofen, que culminou, inicialmente, no afastamento do ex-presidente, Jimi Medeiros, e da ex-primeira tesoureira, Rosane Santiago, por 90 dias, prorrogados por mais 90, que resultou na cassação do mandato de ambos, de acordo com o processo 151/2021. Todo este processo contribuiu de forma negativa para o alcance de alguns resultados auferidos em 2021, contidos neste relatório de gestão, devido à instabilidade provocada. Este foi um momento difícil para autarquia, que soube com muita maestria, através de muita resiliência

Este Relatório de Gestão procura atender à Instrução Normativa nº 84 /2020, do Tribunal de Contas da União, apresentando

as principais realizações do primeiro ano da Gestão 2021– 2023 do Coren-BA. Foi organizado a partir de Relatórios Setoriais, elaborados pelas assessorias, departamentos, núcleos e unidades, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Gestão. Procuramos, com isso, dotar os profissionais abarcados pelo Conselho bem como toda a sociedade baiana, com a mais alta transparência de todos os nossos atos e ações praticados durante o exercício de 2021. É tempo de mais democracia. É tempo de mais controle social. Estimulemo-las! e compromisso ético no trato da coisa pública, superar estas adversidades.

SUMÁRIO

1. Visão geral Organizacional e Ambiente Externo	09
1.1 O Coren-BA	09
1.2 Atuação	10
1.3 Estrutura Organizacional	11
1.4 Modelo de Negócios	13
1.5 Relacionamento com a sociedade	13
1.6 Ambiente Externo	14
2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas	16
2.1 Gestão de riscos e controles internos	16
2.2 Riscos	18
3. Governança, Estratégia e Desempenho	20
3.1 Estrutura de Governança	20
3.2 Planejamento Estratégico 2019-2021	21
3.3 Alocação de Recursos	25
3.4 Resultados Finalísticos	26
3.5 Resultados da Governança Interna	32
3.6 Gestão Orçamentária e Financeira	37
3.7 Gestão de Pessoas	38
3.8 Gestão de Licitações e Contratos	41
3.9 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	43
3.10 Gestão de Custos	43
4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	45
4.1 Declaração do Contador	45
4.2 Desempenho Financeiro-Contábil	46
4.3 Balanço Patrimonial	47
4.4 Balanço Orçamentário	48
4.5 Balanço Financeiro	50
4.6 Demonstrativo da Variação Patrimonial	51
4.7 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	53
4.8 Nota Explicativa	54

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 O COREN-BA

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) é uma autarquia federal vinculada ao sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, criado pela Lei Federal n.º 5.905, de 12 de julho de 1973, cujas funções primordiais são regulamentar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das suas quatro categorias: auxiliar de enfermagem, técnica(o) de enfermagem, enfermeira(o) e obstetritz.

MISSÃO

“Disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem, orientando os profissionais, em benefício da sociedade”

VISÃO

“Ser uma autarquia com excelência na prestação de serviços, oferecendo atendimento de forma diversificada e com qualidade em todo o estado da Bahia”

VALORES

“Eficiência, ética, honestidade, profissionalismo, respeito e responsabilidade”

Entre as principais competências do conselho estão: deliberação sobre inscrição de profissionais,

além de suspensão e cancelamento; expedição de carteira profissional para o exercício da enfermagem; conhecimento e decisão de assuntos referentes à ética profissional; e execução das instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem.

A atuação do conselho se dá através do atendimento aos(as) profissionais de enfermagem nas diversas unidades, que buscam serviços como inscrição, registro e cadastro, negociação de débitos e outros, além da atividade de fiscalização do exercício profissional, desempenhada por servidores(as) enfermeiros(as) fiscais por meio de visitas técnicas a unidades e instituições de saúde em todo o território do estado.

O Coren-BA também possui importante atuação no julgamento de denúncias de infração ético-disciplinar e de processos éticos admitidos em desfavor de profissionais de enfermagem, que podem resultar na absolvição ou penalização do profissional.

Há ainda as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho que promovem estudos, elaboram pareceres técnicos, prestam orientações técnicas aos(as) profissionais de enfermagem e ainda desenvolvem ações formativas como oficinas, seminários, palestras e outros.

Em 2021, o Plenário do Coren-BA teve em sua composição dezessete membros efetivos e dezessete suplentes, eleitos através de voto secreto, para o triênio 2018-2020.

1.2 ATUAÇÃO

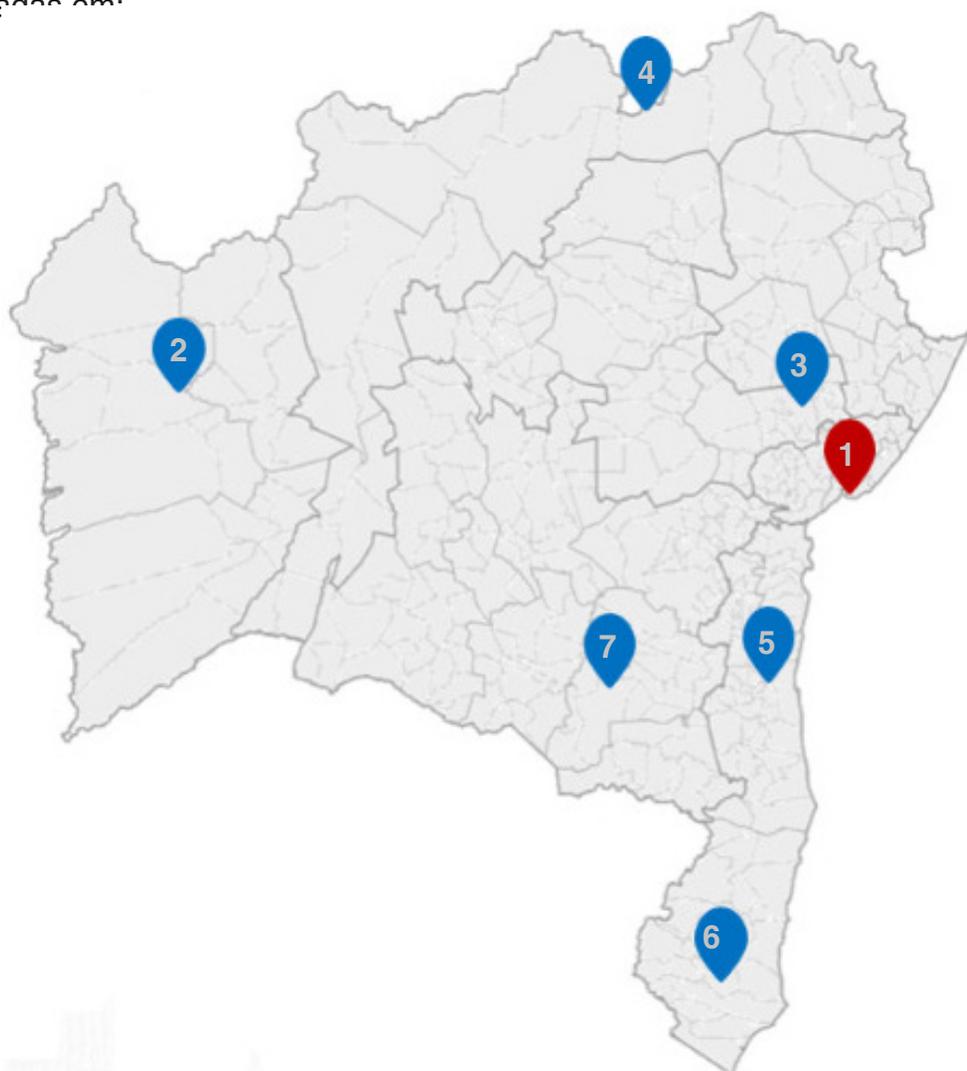
O Coren-BA atua em todo o território do estado da Bahia e conta com uma unidade sede na capital e outras no interior – as Subseções.

A gestão das subseções se dá através da divisão territorial em vetores, fazendo com que haja o Vetor Norte, com sede e coordenação administrativa em Feira de Santana, e o Vetor Sul, com igual estrutura, no município de Vitória da Conquista.

O Coren-BA encerrou o exercício de 2021 com 7(sete) unidades ativas, com sua sede na capital e 6 (seis) unidades descentralizadas, sendo três para cada vetor de gestão, localizadas em:

Além das unidades fixas, o Conselho possui o projeto Coren Móvel que é voltado à realização de atendimento descentralizado nos municípios do interior do estado onde o regional não possua estrutura permanente de prestação de serviços.

Unidades do Coren-BA em 2021



Sede

1. Salvador

Vetor Norte

2. Barreiras
3. Feira de Santana
4. Juazeiro

Vetor Sul

5. Itabuna
6. Teixeira de Freitas
7. Vitória da Conquista

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura organizacional foi aprovada pela Decisão Coren-BA n.º 18, de 6 de dezembro de 2018, que alterou a organização interna e o organograma do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia.

O Plenário e a Diretoria são os órgãos colegiados, compostos pelos(as) conselheiros(as) eleitos(as) em Assembleia Geral. As demais áreas funcionais compõem a organização interna e são divididas em: assessorias, departamentos, núcleos e unidades especiais, comissões permanentes e unidades operacionais.

As competências de cada uma das áreas funcionais do conselho estão dispostas no Caderno da Estrutura Organizacional, aprovado pela Portaria Coren-BA n.º 801, de 19 de agosto de 2019.

As Câmaras Técnicas e os grupos de trabalho também fazem parte da estrutura organizacional e, em 31/12/2021, eram:

- Câmara Técnica de Práticas Especializadas em Saúde - CTPEs;
- Câmara Técnica de Gestão e Empreendedorismo - CTGE;
- Câmara Técnica de Saúde Mental -
- Câmara Técnica de Educação e Tecnologia em Saúde - CTETS
- Câmara Técnica de Cuidado Integral à Saúde da Mulher - CTCISM ;
- Câmara Técnica de Cuidado Domiciliar - CTCDD
- Câmara Técnica de Atenção Primária à Saúde CTAPS;
- Grupo de Trabalho de Cuidados Paliativos;
- Grupo de Trabalho de apoio a Vacina;
- Grupo de apoio e enfrentamento à Pandemia.

DIRETORIA – TRIÊNIO 2021-2023



Holmes Rocha dos Santos Filho
PRESIDENTE INTERINO



Giszele de Jesus dos Anjos Paixão
PRIMEIRA SECRETARIA

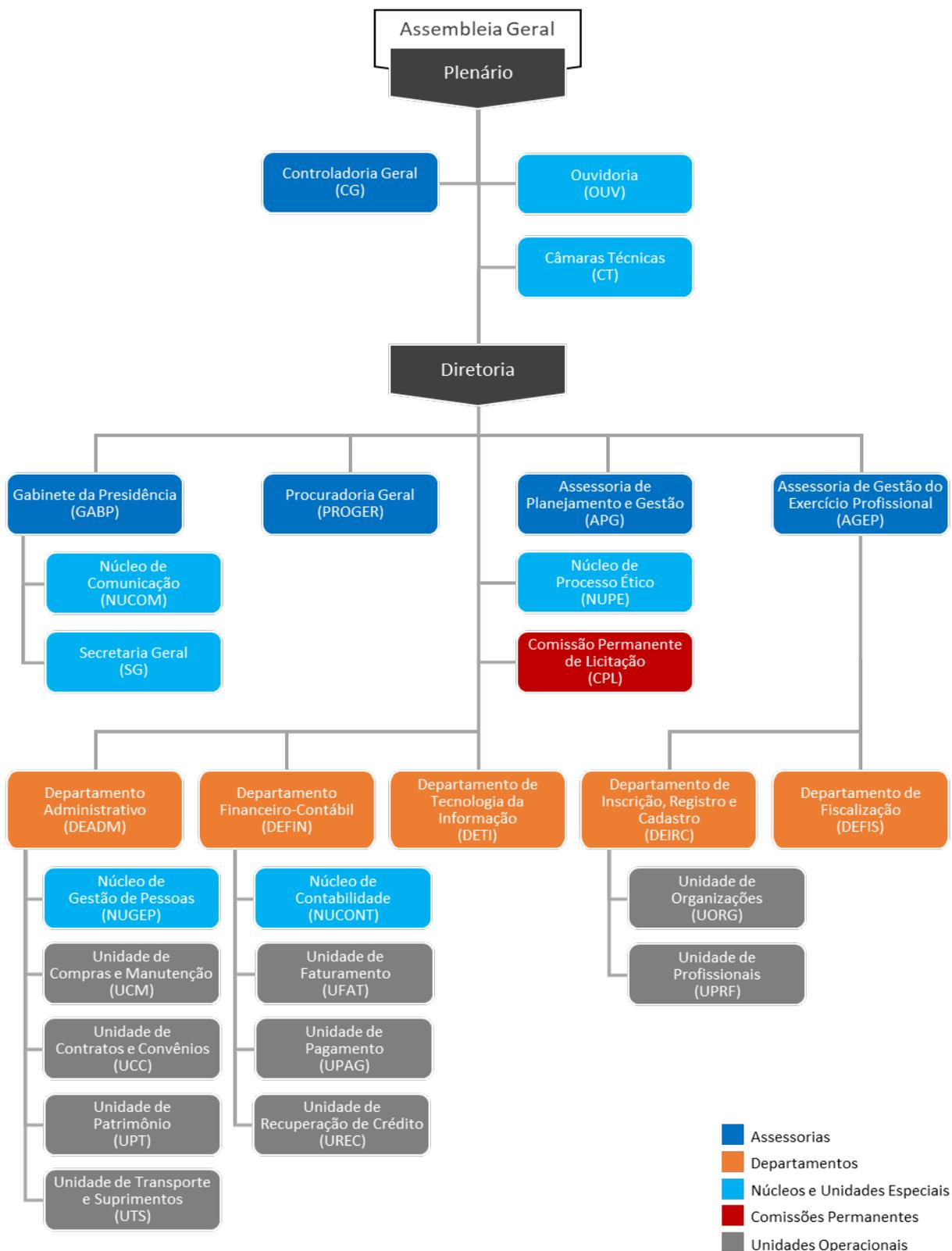


Plinio de Oliveira Borges
SEGUNDO SECRETARIO

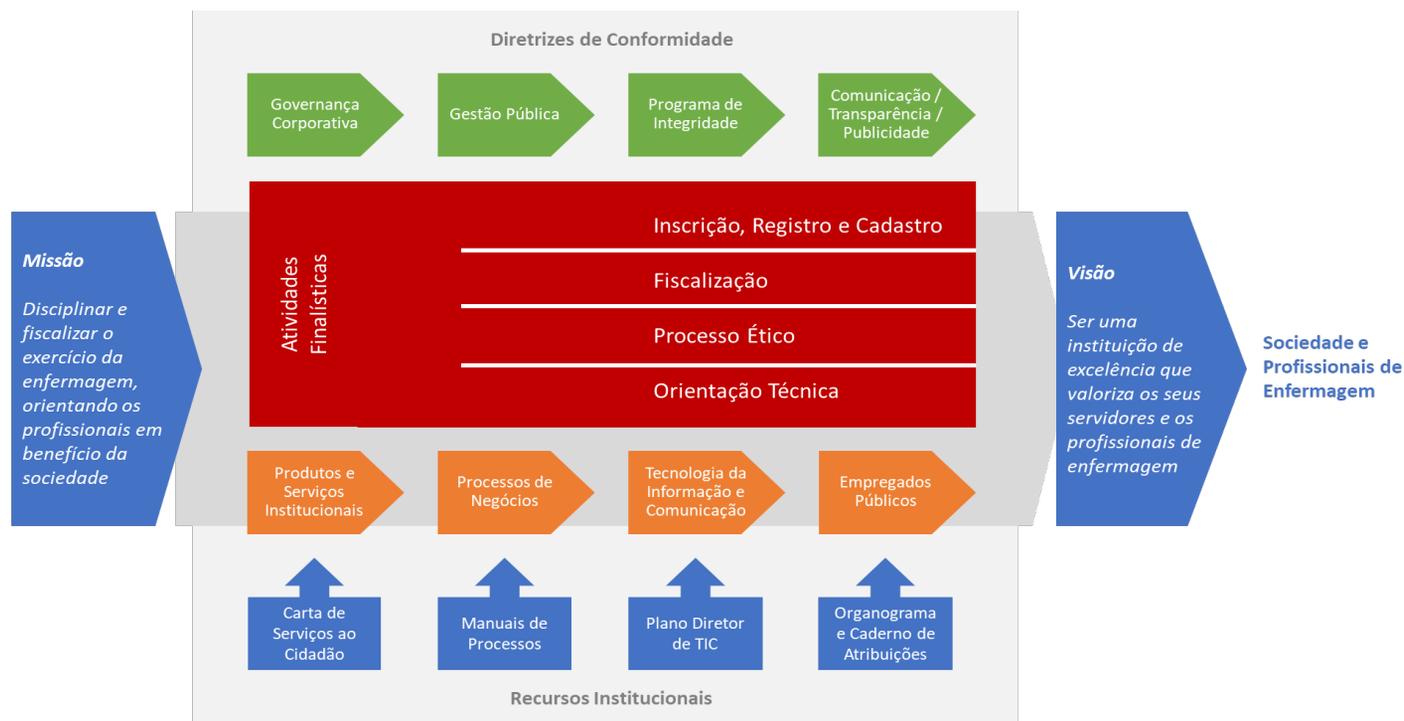


Katia Nascimento Gama
PRIMEIRA TESOUREIRA INTERINA

Organograma do Coren-BA em 2020



1.4 MODELO DE NEGÓCIOS



1.5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As unidades do Coren-BA da capital e do interior ainda são os principais canais de acesso aos serviços prestados pelo Conselho, principalmente para inscrição, registro e cadastro profissional, para registro de denúncias de infração ética e legal cometida por profissionais de enfermagem e para esclarecimentos acerca do exercício da profissão.

Outro importante canal é a Ouvidoria que possui acesso exclusivo através do portal do conselho na internet, na opção Ouvidoria, e onde são registradas e acompanhadas as manifestações de solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias.

O Coren-BA possui outros canais de comunicação pelos quais se relaciona com os(as) profis-

sionais de enfermagem e a sociedade, fortalecendo a transparência e ampliando a divulgação das ações, projetos e informações institucionais. O Portal da Transparência possui diversos documentos para acompanhamento e consulta por parte do(a) cidadão(ã).

O conselho se comunica diretamente com a sociedade por meio de seu sítio na internet e está presente nas redes sociais que atualmente se configuram como um canal direto e interativo de aproximação e diálogo com o(a) cidadão(ã). As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia de comunicação. O ano de 2021 apresentou um grande crescimento pela busca e disponibilização de informações nos canais de comunicação do Conselho. A página no Instagram passou de mais de 38 mil para mais

de 58 mil seguidores, representando um crescimento aproximado de 53% do montante de usuários que acompanham a mídia social. A página do Facebook encerrou o ano com 28.494 seguidores enquanto que, de acordo com relatório do Google Analytics, 760.012 usuários(as) acessaram o site do Coren-BA no ano, representando aumentos de 2,4% e 23%, respectivamente, em interações com estes importantes canais de comunicação com o público externo.

CONHEÇA OS PRINCIPAIS CANAIS:



Unidades do Coren-BA (sede e subseções): unidades responsáveis pelas atividades de inscrição, registro e cadastro profissional e atendimento presencial de profissionais e representantes de empresas que prestam serviço de enfermagem.



Portal do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br): principal canal da instituição onde são disponibilizados diversos serviços, informações, notícias, orientações, guias, publicações, manuais e outros.



Autoatendimento: seção no site onde são disponibilizados serviços online, como emissão de boleto, emissão e conferência de certidão, acompanhamento de protocolo e consulta dos(as) profissionais registrados(as) no conselho.



Ouvidoria: principal instância no atendimento às solicitações de informações, sugestões, reclamações e denúncias, agindo também na intermediação de conflitos. O serviço pode ser acessado através do sistema de ouvidoria disponível no portal do Coren-BA por meio do link <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/>.



Transparência e Prestação de Contas: principal canal para acompanhamento das informações de gestão do conselho conforme disposto na Lei de Acesso à Informação e nos normativos do Tribunal de Contas da União.



Redes Sociais: perfis nas redes sociais Facebook (/CorenBahia) e Instagram (@coren.bahia) onde são disponibilizadas informações e notícias do conselho e esclarecidas dúvidas.

1.6 AMBIENTE EXTERNO

ANÁLISE GERAL

O ano de 2021 foi marcado pelo retorno das atividades presenciais de maneira gradativa com o avançar do processo crescente de vacinação. O mundo que presenciou o lamentável número de 1,8 milhão de mortos pela Covid em 2020, pôde vislumbrar numa perspectiva menos angustiante, o retorno da normalidade, ainda que apreensivo pelas novas mutações com inclusão de novas cepas.

Em virtude do retorno gradativo das atividades econômicas, o PIB Brasileiro cresceu 4,6% em 2021, recuperando assim as perdas obtidas em 2020 quando declinou em -3,9 % devido aos efeitos deletérios da pandemia. O setor de serviços que foi o grande prejudicado em 2020, foi o grande puxador do PIB em 2021, subindo 4,7% junto com a indústria que cresceu 4,5%, setores estes que representam 90% do PIB no país, segundo o IBGE.

No tocante a inflação, o índice oficial do governo, o IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, registrou alta de 10,06%, tendo a

maior alta registrada desde 2015, quando registrou 10,67%. O índice superou a meta de 5,25%. A escalada no preço dos combustíveis, seja a gasolina como o etanol, promoveram elevação dos custos no grupo Transportes que compõem o IPCA, apresentando maior variação (21,03%) e o maior impacto (4,19 pontos percentuais). O IPCA também foi seguidamente puxado pelo alta da conta de luz e preço dos alimentos. Importante frisar que um processo elevado e generalizado de subida de preços diminui o poder aquisitivo da população como um todo, que dado o congelamento da renda, compromete os índices de adimplência no tocante aos contratos tanto do setor público bem como setor privado, tendo com isso impacto na capacidade dos profissionais de enfermagem honrarem os compromissos tributados perante o conselho.

Com a retomada da economia em 2021, ocorreu uma queda do desemprego que chegou a 11,1% em dezembro, em decorrência do aumento da população ocupada e ampliação da força de trabalho. Já economia baiana cresceu em 2021 cerca de 4,1% em relação a 2020, gerando 133.779 novos postos, uma aumento de 8% em comparação com 2020.

SISTEMA COFEN/CONSELHOS REGIONAIS

Os principais efeitos do ambiente externo sobre o Coren-BA no ano de 2021 dizem respeito a normativos editados pelo Conselho Federal de Enfermagem que influenciaram a condução de ações e execução de processos da autarquia.

No campo fiscalizatório, a decisão 049/2021 suspendeu temporariamente a Resolução 617/2019, comprometendo consideravelmente a abrangência dos municípios fiscalizados, em virtude da fiscalização só ser permitida nas unidades de perfil COVID. Já no campo de inscrição, registro e cadastro profissional, o Cofen editou normativo que viabilizou, de forma temporária, o exercício profissional através da emissão de uma certidão de inscrição, dispensando a emissão da Carteira de Identidade Profissional (CIP) e desburocrati-

zando o processo de inscrição.

Outra medida de relativo impacto nas atividades da autarquia, foi a Decisão Cofen N 40/2021 que autorizou os regionais na medida da gravidade da pandemia, prorrogarem por 60 dias todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Etico-Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen n 370 de 2010.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

As atividades de controle interno e gestão de riscos no Coren-BA são coordenadas pela Controladoria Geral (CG), área funcional vinculada ao Plenário da autarquia, cujas atribuições envolvem o controle das atividades administrativas, orçamentário-financeira, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

A atuação da Controladoria Geral, originalmente, não abrangia as atividades das áreas finalísticas, visto que a Resolução Cofen nº 373, de 20 de janeiro de 2011, previa que estas teriam regimes próprios de controle.

A atuação da Controladoria Geral, por determinado período abrangeu as atividades das áreas finalísticas, em decorrência da Resolução Cofen nº 576, de 5 de junho de 2018, que revogou os dispositivos que permitiam, logo a fiscalização das atividades finalísticas pela Controladoria continua fora do âmbito de sua atuação.

O controle realizado de modo preventivo e corretivo abrange o acompanhamento e a análise dos processos licitatórios e de gestão dos contratos; acompanhamento e análise dos processos vinculados a folha de pagamento; acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Além disso, são realizadas a análise e liberação dos processos de pagamentos; validação da proposta orçamentária; liberação de viagens; auditoria das prestações de contas das diárias pagas aos(as) servidores(as), conselheiros(as) e colaboradores(as); análise e validação dos lançamentos contábeis e demonstrativos contábeis; acompanhamento e controle das ações do plano

de redução da inadimplência; e orientações para implementação do controle de custos e redução dos gastos do conselho.

Soma-se a esse esforço a criação do Comitê Permanente de Controle Interno da Gestão 2021-2023, instituída pela Portaria Coren-BA nº 166, de 25 de fevereiro de 2022, que revogou a Portaria 305, de 18 de março de 2021, que tem o papel de acompanhar e auxiliar o trabalho da Controladoria Geral.

Ademais, os(as) gestores(as) das áreas funcionais do conselho conformam a primeira frente de controle e resposta aos riscos. A atuação dos(as) fiscais de contrato também contribui para minimizar riscos na autarquia.



2.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Estratégia de Mitigação dos Riscos

Riscos	Categoria
Demandas não previstas externas: denúncias, eventos, representações, auditorias SUS, solicitações da Procuradoria Jurídica, audiências. Demandas não previstas internas: não autorização de viagem e veículo.	Operacionais
Grande extensão territorial: longos trajetos a percorrer para visitar as instituições planejadas, estradas em mau estado de conservação, localização das unidades em regiões perigosas e de difícil acesso, mudança de endereço da unidade.	Operacionais
Infraestrutura: Estrutura física e mobiliário de algumas subseções inadequados, equipamentos tecnológicos obsoletos ou inexistentes, veículos oficiais insuficientes.	Operacionais
Taxa Alta de Absenteísmo (Licenças legais).	Operacionais
Não utilização de sistema de informática para controle dos processos de fiscalização e Sistema de cadastro dos(as) profissionais apresentando inconsistência de informações.	Operacionais
Previsão inadequada da expectativa de arrecadação para o exercício fiscal.	Crédito
Alta taxa de inadimplência dos(as) profissionais.	Crédito
Dificuldade na realização de ações de execução fiscal, devido a possibilidade desta execução somente ser realizada quando o débito for superior ao valor de cinco anuidades vigentes, conforme lei 12.514/2011.	Crédito
Processos de contratações de fornecedores inadequados	Conformidade
Processos de pagamentos de despesas irregulares.	Conformidade
Contratação e desligamentos de pessoal, folha de pagamento mensal, incluindo encargos legais, e procedimentos na Unidade de Gestão de Pessoas, com irregularidades.	Conformidade

Resposta	Mitigação
Monitorar	Elaborar planejamento da fiscalização incluindo estas atividades extras no cronograma, conforme média histórica destas demandas.
Monitorar	Reorganização da estrutura com abertura de novas subseções, incluindo transporte próprio para a fiscalização, e redefinição do planejamento de viagens da fiscalização.
Monitorar	Reforma na estrutura física, aquisição de mobiliários, equipamentos e veículos, e manutenção preventiva dos veículos e equipamentos.
Monitorar	Realizar estudo com diagnóstico para conhecer os motivos principais destes afastamentos e intervir nas possíveis causas.
Monitorar	Atualização do parque tecnológico, incluindo os dados do Sistema Incorp, bem como a utilização do módulo de fiscalização deste e sistema de protocolo.
Monitorar	Elaboração do orçamento com análise da média histórica da arrecadação, incluindo fatores externos que possam impactar nas receitas, como: retração na economia do país, diminuição nos números de inscritos, aumento dos(as) profissionais remidos, entre outros.
Monitorar	Intensificação das ações de cobrança, incluindo notificações administrativas e inscrições dos débitos na dívida ativa.
Monitorar	Utilização de jurisprudência do STJ nos processos na 1ª instância; Controle maior para acompanhamento do saldo do débito do profissional até o mesmo atingir os valores permitidos pela Lei, para a execução fiscal.
Monitorar	Elaboração de fluxo do processo de contratação; Emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do processo; Conferência e emissão de checklist/parecer da Controladoria Geral, atestando a conformidade da contratação, antes da finalização dos processos.
Monitorar	Análise da Controladoria Geral sobre a documentação financeira, atestando a conformidade do pagamento.
Monitorar	Análise da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral das demandas do Núcleo de Gestão de Pessoas; Análise e conferência da folha de pagamento pela Controladoria Geral, realização de auditoria interna.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O sistema de governança do conselho compreende instâncias internas, responsáveis pela definição da estratégia da instituição, bem como pelo monitoramento da conformidade e de seu desempenho, e externas, responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação do sistema, além das instâncias internas de apoio à governança, responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas e auditorias que avaliam riscos e controles internos.

Instâncias Internas

Plenário

Constituído pelos membros eleitos efetivos e suplentes, é o órgão de deliberação máxima.

Diretoria

Órgão executivo e de administração do Coren-BA, e é composta por 6 (seis) conselheiros(as) eleitos(as) para exercerem os cargos de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a), Segundo(a) Secretário(a), Primeiro(a) Tesoureiro(a) e Segundo(a) Tesoureiro(a).

Estruturas de Apoio

Ouvidoria e a Controladoria Geral, vinculadas ao Plenário, e a Procuradoria Geral, vinculada à Diretoria.

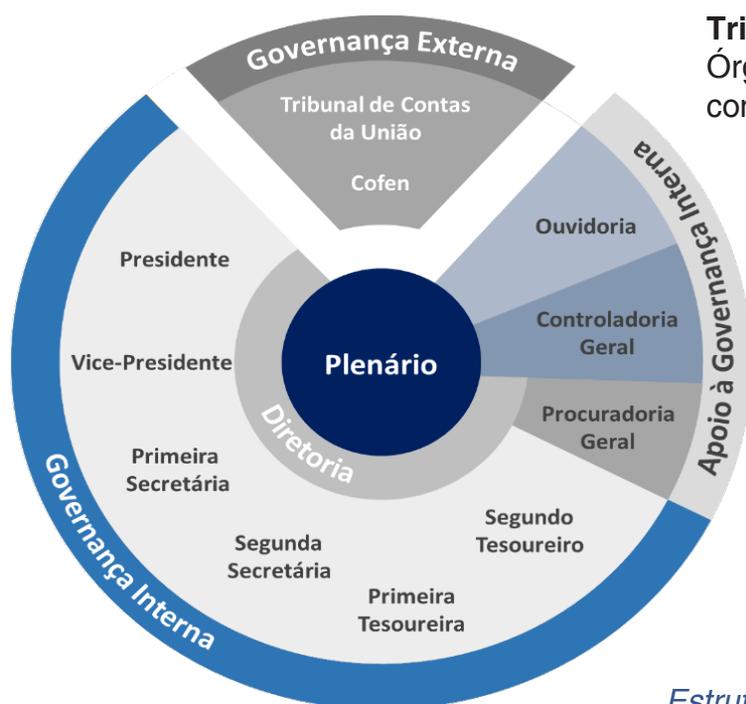
Instâncias Externas

Conselho Federal de Enfermagem

Órgão superior de deliberação do sistema Cofen/Conselhos Regionais.

Tribunal de Contas da União

Órgão de controle externo e fiscalização das contas do Coren-BA.



Estrutura de Governança do Coren-BA

3.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2019-2021

Planejamento Estratégico Participativo 2019 - 2021

A elaboração do planejamento estratégico e do Plano Plurianual é regulamentada pela Resolução Cofen n.º 503, de 6 de janeiro de 2016, que “estabelece procedimentos para Plano Plurianual, Proposta e alterações orçamentárias e dá outras providências”.

No Coren-BA, o Planejamento Estratégico Participativo 2019-2021 foi aprovado pela Decisão Coren-BA n.º 7, de 6 de julho de 2018, que validou o Plano Plurianual e definiu a sistemática de acompanhamento e avaliação.

O Plano Estratégico estabelece os objetivos e indicadores necessários ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro do Coren-BA, bem como elenca as iniciativas, projetos e ações do período.

O Plano possui 12 (doze) objetivos estratégicos, distribuídos entre 4 (quatro) perspectivas, baseado na metodologia Balanced Scorecard, e durante o processo de elaboração foram definidas 25 (vinte e cinco) iniciativas e 83 (oitenta e três) projetos e ações, além de 32 (trinta e dois) indicadores classificados entre balizadores, estratégicos e táticos.

Cabe à Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) acompanhar os indicadores e, junto às áreas gestoras e responsáveis, a execução das metas e ações estabelecidas.

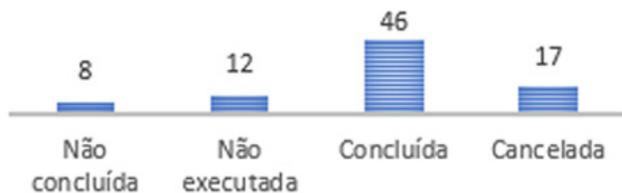
Importante destacar que por meio da Decisão Coren-BA n.º 171, de 17 de setembro de 2020, o Planejamento Estratégico do Coren-BA foi atualizado com a criação de uma nova sistemática de monitoramento e avaliação, extinguindo os três tipos de reuniões anteriormente existentes e criando uma nova e única reunião de monitoramento chamada Reunião de Gestão Estratégica (RGE), a ser realizada quadrimestralmente, além de outras alterações que geraram a versão 2.0 do documento.

O novo documento pode ser acessado no portal da transparência da autarquia, disponível em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/planejamento-estrategico/>.

Em 2021, foi executado o terceiro e último exercício do ciclo trienal do Planejamento Estratégico. Até o fechamento deste relatório de gestão foram também emitidos os relatórios anuais de desempenho do Planejamento referente ao que fora executado nos exercícios 2020 e 2021, o que forneceu dados para a apresentação dos resultados do ciclo neste relatório.

DESEMPENHO GERAL

No que se refere aos 83 (oitenta e três) projetos e ações traçados para o triênio, observou-se que ao fim do ciclo se alcançou um percentual de 55% das ações concluídas. Complementarmente, 20% das ações foram canceladas, 10% foram iniciadas, porém não concluídas e 15% não chegaram a ser executadas.

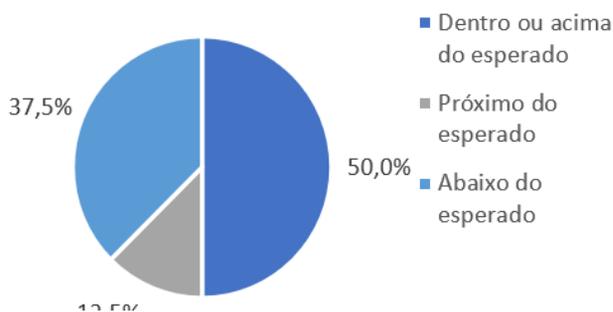


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Tendo em vista as 4 (quatro) perspectivas estabelecidas com base na metodologia Balanced Scorecard – Partes Interessadas, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Orçamentária – tem-se que o melhor percentual de execução de ações concentrou-se na perspectiva de Partes Interessadas, com 63% das ações concluídas, seguida da Orçamentária com 59%.

Considerando os 32 (trinta e dois) indicadores estabelecidos para fins de monitoramento estratégico, o fim do ciclo revelou que 16 (dezesesseis) destes possuíam condições de aferição em seu fechamento, sendo que 50% (cinquenta por cento) apresentaram resultados dentro ou acima do esperado.

Resultado geral de indicadores de desempenho



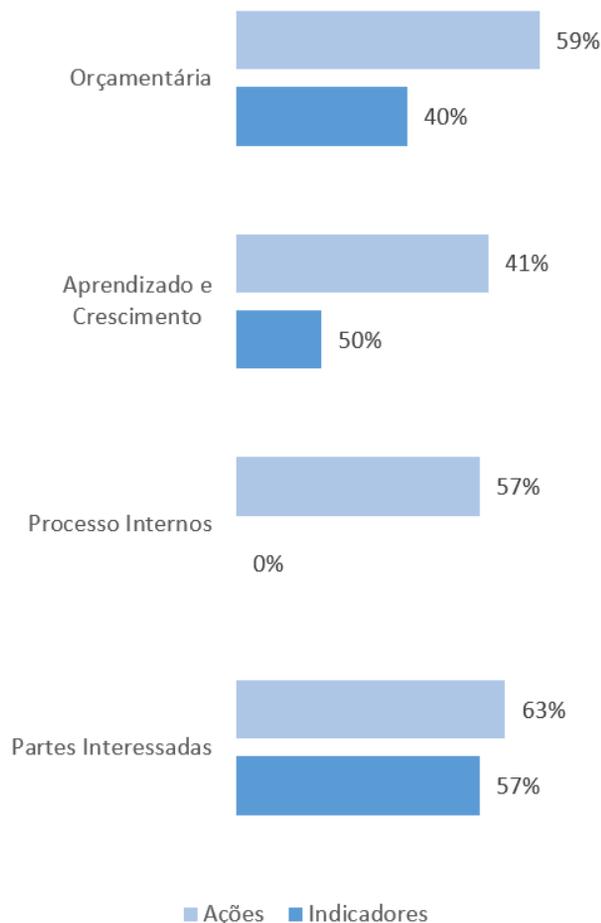
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

A aferição de resultados indica a necessidade de qualificação das métricas de desempenho e redução do montante de indicadores de desempenho de modo a ampliar a capacidade da organização em gerenciá-los.

Vale inferir, igualmente, que também se faz necessário prover enxugamento do conjunto de objetivos estratégicos e projetos e ações de modo a torná-los mais adequados não só a maturidade da organização em gestão da estratégia como à sua própria capacidade em termos de recursos humanos para gerir a execução do plano.

Ao efetuar a análise por perspectiva tem-se a de Partes Interessadas com o melhor resultado antes as demais, com 57% dos indicadores com resultado próximo, dentro ou acima do esperado, seguida da perspectiva Orçamentária com 40%.

Resultado geral por perspectiva



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Analisando de forma conjunta o volume de execução de projetos e ações e os resultados dos indicadores de desempenho observa-se que as perspectivas de Processos Internos e Aprendizado e Crescimento apresentam resultados menos favoráveis que as demais, necessitando de um olhar mais atento na monitoria do próximo de ciclo de planejamento.

Resultado de Indicadores Balizadores



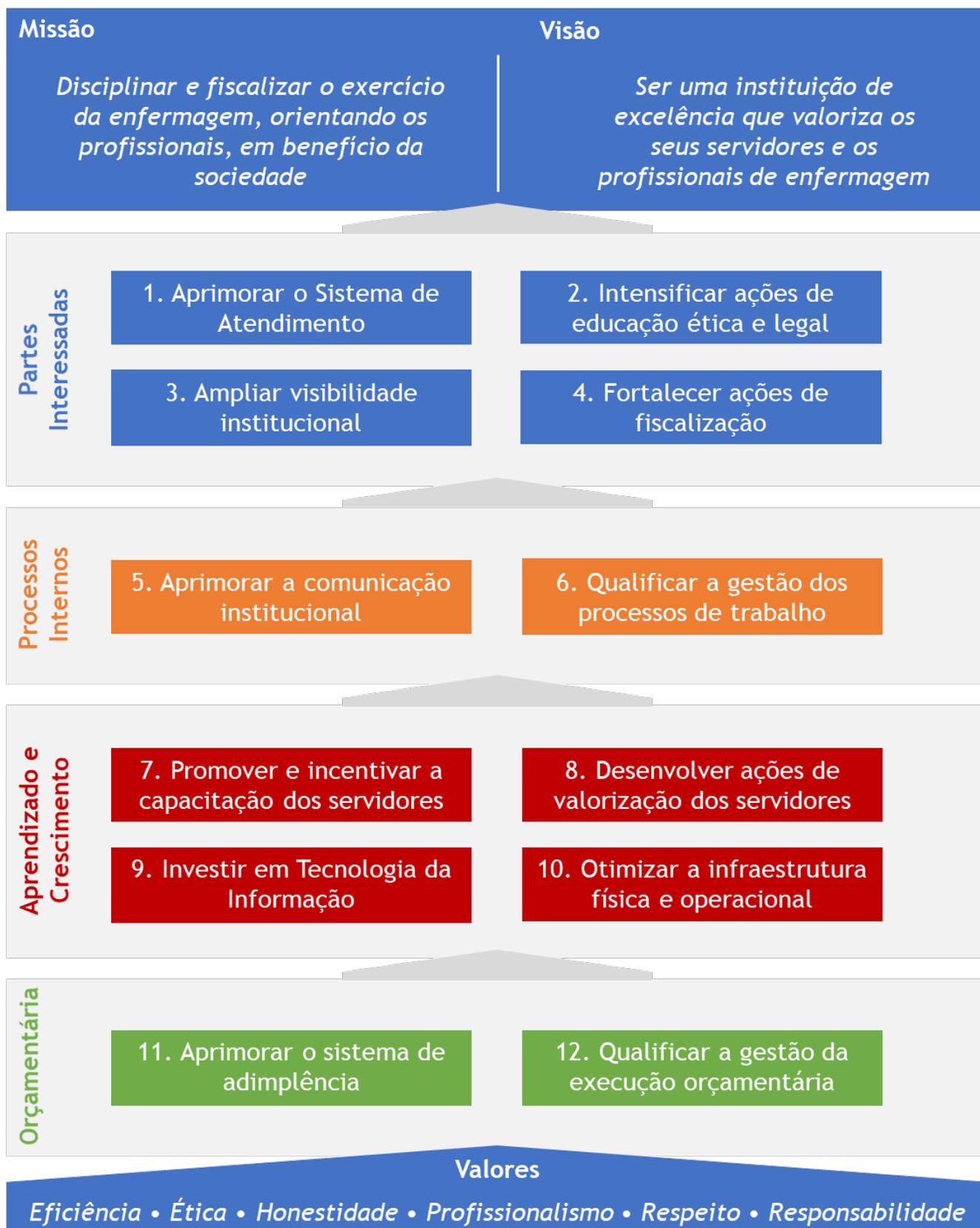
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Ao avaliar os indicadores balizadores, que dizem respeito ao grau de alcance da visão traçada para o período, percebe-se que os resultados auferidos indicam o cumprimento parcial da visão estabelecida para o período. Assim, carece de se avaliar os ganhos do primeiro ciclo trienal de planejamento e transformar as lições aprendidas em ações de melhoria para ciclos futuros.

Os resultados de forma detalhada constam no Portal da Transparência, disponível em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/transparencia/projetos-programas-acoas/>



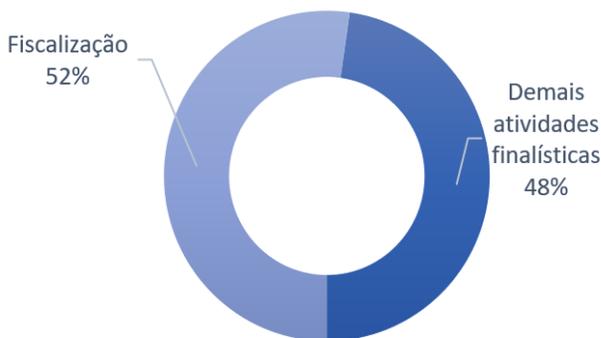
Mapa Estratégico do Coren-BA



3.3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em 2021, o valor total gasto com as atividades finalísticas somou R\$ 9.903.543,23, que corresponde a 41,18% do montante realizado no exercício.

Gastos com atividades finalísticas

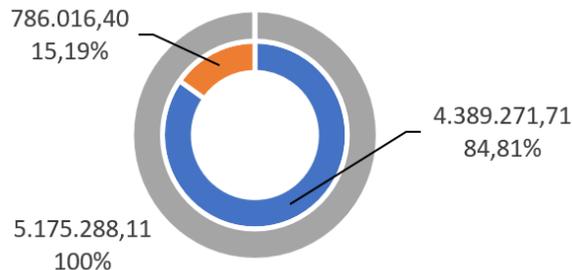


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

O valor total efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional foi de R\$ 5.175.288,11, que corresponde a 21,52% das despesas realizadas em 2021.

As despesas com fiscalização contêm, exclusivamente: as despesas com salários, encargos e benefícios dos fiscais no exercício da atividade; despesas com transporte e com veículos e equipamentos utilizados na fiscalização, incluindo custos de manutenção e combustíveis; diárias para cobrir estadia e alimentação dos fiscais, despesas com capacitação dos fiscais e custos com telefonia móvel institucional utilizada pelos fiscais.

Gastos com fiscalização

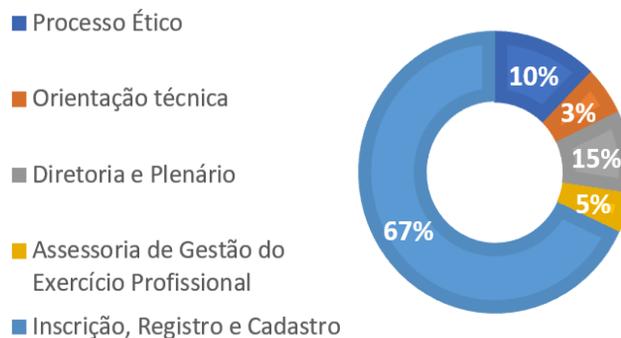


■ Gastos com Fiscais ■ Gastos com gestão e apoio

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Desse montante, 84,81% corresponde aos gastos exclusivos com os(as) enfermeiros(as) fiscais, e 15,19% aos gastos com os(as) servidores(as) que atuam na gestão e apoio direto da atividade, lotados no Departamento de Fiscalização da autarquia.

Gastos com demais atividades finalísticas



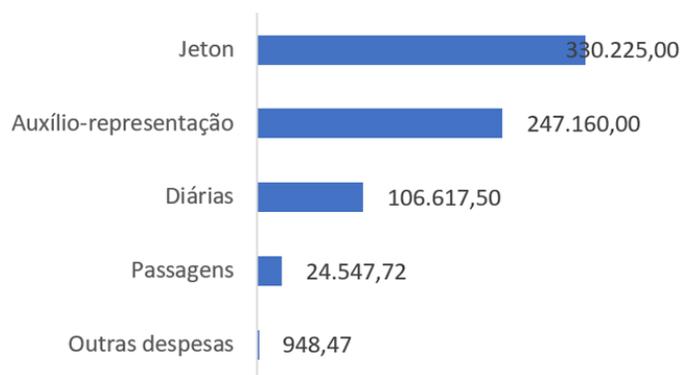
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Com as demais atividades finalísticas foram gastos R\$ 4.728.255,12, que corresponde a 19,66% do montante realizado em 2021.

Quanto aos gastos com as atividades de Diretoria e Plenário, os recursos executados em 2021 somaram R\$ 709.498,69, com crescimento de 71,54% em relação ao ano anterior. Do valor

gasto, Jeton e Auxílio Representação correspondem a 46,54% e 34,84%, respectivamente. Por sua vez, diárias respondem por 15,03% e passagens por 3,46%, tendo ainda outras despesas registrado o percentual de 0,13%.

Gastos com Conselheiros(as) por Elemento



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

3.4 RESULTADOS FINALÍSTICOS

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

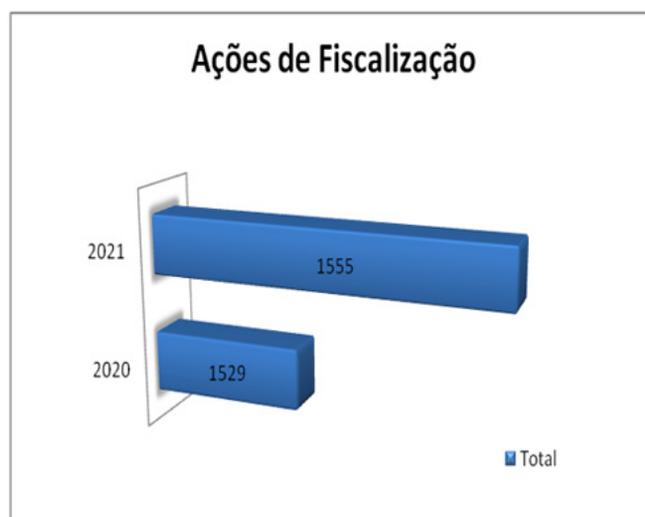
A atividade de fiscalização do exercício profissional é exercida, exclusivamente, por servidor(a) enfermeiro(a) fiscal ou por conselheiro(a). Ao fim de 2021, a autarquia possuía 15 (quinze) enfermeiros(as) fiscais atuando em Salvador e 15 (quinze) no interior do estado, sendo que do primeiro grupo 2 (duas) fiscais encontravam-se afastadas por motivo de licença-maternidade, 01 (uma) fiscal remanejada para o Coren-PI e 01 (uma) fiscal de licença sem vencimento.

O planejamento de fiscalização do exercício 2021 foi aprovado por meio da Decisão Coren-BA nº 90/2020. Todavia, em razão do quadro pandêmico, o Cofen publicou a Resolução 049/2021 que suspenderam por 210 dias cada o cumprimento dos prazos processuais previstos no Manual de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 617,

de 17 de outubro de 2019, ensejando na interrupção do planejamento e direcionamento da atividade fiscalizatória para atendimento a novas diretrizes traçadas pelo Cofen.

Outra afetação provocada pelo quadro relacionou-se ao Plano de Contingência e Gestão de Crise para enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Coren-BA, aprovado pela Portaria nº 252, de 20 de março de 2020, que determinou a realização de trabalho remoto por servidores(as) pertencentes ao grupo de risco da doença.

Assim, dos 30 (trinta) enfermeiros(as) fiscais do estado, 12 (doze) foram afastados(as) de atividades presenciais, prejudicando o desenvolvimento das atividades de fiscalização.



As ações ocorreram em 86 (oitenta e seis) municípios, que receberam fiscalizações in loco abrangendo um universo de 32.146 profissionais que estavam vinculados(as) às instituições fiscalizadas. Além disso, o Departamento de Fiscalização realizou em 2021 o total de 13.230 atendimentos aos profissionais, sendo 7.074 através de ligações telefônicas, 5.911 através de e-mails e 245 profissionais foram atendidos presencialmente.

Foram executadas 1.555 ações de fiscalização, sendo realizadas de forma presencial 306 inspeções iniciais, 349 inspeções de retorno, 222

apurações de denúncia, 69 fiscalizações COVID-19 e 18 fiscalizações para atender outras diligências como auditorias SUS, demandas do MP, MPT e do PROGER, abrangendo no total 544 instituições de saúde. Além destas ações, foram realizadas de forma remota ou presencial 43 palestras, 353 reuniões com profissionais e 195 assessorias de dimensionamento.

As ações de fiscalização resultaram na emissão de 853 Notificações, um aumento de 317% na comparação com 2020.



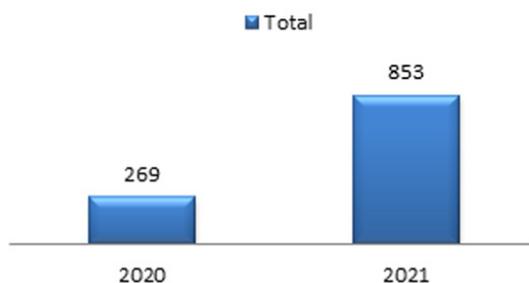
222
denúncias apuradas



86
Municípios com fiscalizações
in loco

Fonte: Departamento de Fiscalização (DEFIS)

Notificações



Analisadas as irregularidades detectadas nas fiscalizações de 2021, verifica-se que se destacam, novamente, problemas relativos aos documentos de gerenciamento do processo de trabalho e o descumprimento do dimensionamento do pessoal de enfermagem, sendo fator de relevância no exercício a ausência de anotação de responsabilidade técnica do enfermeiro responsável pelo planejamento e coordenação dos serviços de enfermagem das instituições, este reforçado pela criação de instituições e estruturas temporárias com serviço de enfermagem voltadas às ações de enfrentamento da COVID-19.

Em relação ao número de denúncias recebidas pelo conselho, em 2021, houve uma diminuição de 15% na comparação com o ano anterior. Foram acolhidas 286 denúncias de infração ético-disciplinar e 78% foram analisadas no exercício.

	SEDE	SUBSEÇÕES	TOTAL
DENÚNCIAS RECEBIDAS	156	130	286
DENÚNCIAS APURADAS	124	98	222

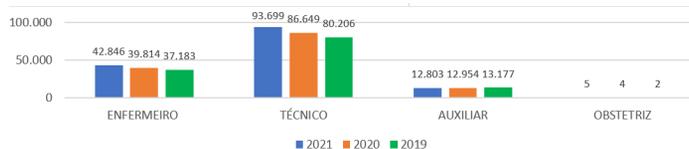
Como desafios para o próximo exercício tem-se a necessidade de ajustes do planejamento de fiscalização, em consideração ao contexto epidemiológico da COVID-19, e a necessidade de ajustes dos processos de trabalho ao novo Manual de Fiscalização, posto que a decretação da pandemia poucos meses após a aprovação do normativo criou obstáculos para adaptação aos novos ritos processuais deste. Por fim, em 2021, também houve a redistribuição das áreas de fiscalização determinada pela Portaria nº

482, de 8 de outubro de 2020, a partir de proposta efetuada pelos(as) enfermeiros(as) fiscais da autarquia, o que contribuirá para a maior assertividade da elaboração dos planejamentos de fiscalização futuros.

INSCRIÇÃO, REGISTRO E CADASTRO

Em 2021 foi mantida a média de crescimento de inscritos vista em anos anteriores, perfazendo um aumento de 7,16% no total de ativos(as) em relação ao ano anterior. O total chegou a 149.353, um aumento de 9.970 profissionais. Obtivemos 1.215 solicitações de cancelamento, aumento de 35,9%, além de 756 pedidos de suspensão que corresponde um aumento de 24,8%.

Profissionais ativos(as) por categoria



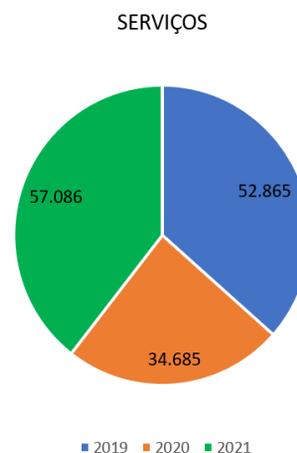
Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro (DEIRC)

Técnicos(as) e Auxiliares de Enfermagem de enfermagem compõem 71,31% dos inscritos, enquanto Enfermeiros(as) e Obstetizes representam 28,69%.

A categoria de Técnico(a) teve o maior crescimento nominal, com 7.072 novos(as) profissionais, seguido de Enfermeiro(a), com 3.049, e Obstetriz com 1 novas inscrição. Tal qual nos anos anteriores, a categoria de Auxiliar obteve queda de 152 profissionais em decorrência das poucas entidades de ensino que oferta a formação desta categoria profissional.

Dos(as) inscritos(as), 88,7% são mulheres e 11,3% homens, mantendo a proporção vista ao longo dos anos e a predominância feminina da classe.

No tocante aos serviços prestados, houve um aumento de 64,6% quando comparado com o ano anterior.

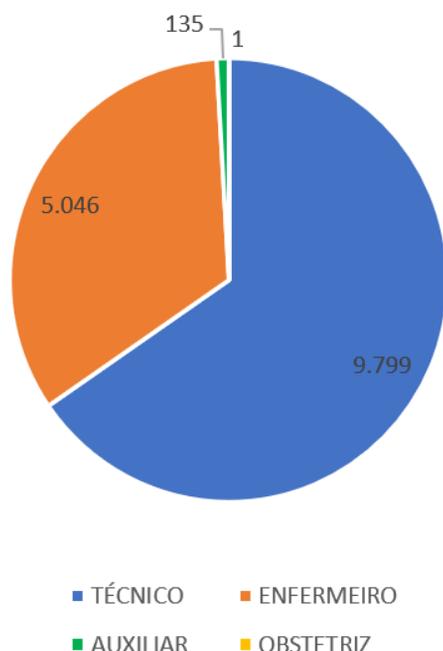


A expansão da imunização na população brasileira, permitiu maior circulação de pessoas e o avanço da economia que segue em ascensão. O que contribuiu para aumento de 17,74% no número de parcelamentos realizados em 2021, em comparação ao ano anterior. Os serviços de atendimento ao público em 2020 eram realizados de forma híbrida e não contemplava de forma satisfatória os diversos serviços ofertados pelo regional, com a mudança de gestão triênio 2021 -2023 os atendimentos ao público retornaram de forma presencial (respeitando as orientações das autoridades sanitárias) contribuindo assim para aumento de 15,5% na emissão de carteira e 126,9% para renovação de cédula.

Destaca-se o aumento dos números do serviço prestado de emissão da Certidão Inscricional, documento amparado na Resolução Cofen nº 631/2020 e na Decisão Coren-BA nº 108/2020, que possibilita o exercício profissional com a apresentação da certidão em substituição à Carteira de Identificação Profissional (CIP). Assim, foram emitidas 14.981 certidões, sendo a maioria delas (65,4%) em favor de técnicos(as) de enfermagem.

Existe a previsão de continuidade do projeto Co-ren Móvel para prestar atendimento descentralizado aos profissionais, assim que o cenário epidemiológico permitir, o que não foi possível em 2021 devido ao aumento do número de casos covid-19 em todo Brasil.

Certidões inscricionais emitidas por categoria

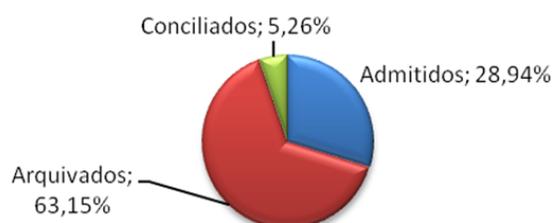


Fonte: Departamento de Inscrição, Registro e Cadastro (DEIRC)

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

O procedimento ético-disciplinar é normatizado pela Resolução Cofen n.º 370, de 3 de novembro de 2010, que aprovou o “Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem”, e inicia-se de ofício (incluído o auto de infração) ou por denúncia, e compreende os ritos para apurar a suposta infração ao Código de Ética dos(as) Profissionais de Enfermagem (CEPE) ou outros normativos.

Procedimentos Éticos- Disciplinares



Em virtude do processo gradativo de apropriação técnica dos novos conselheiros bem como funcionamento atípico da instituição em virtude da pandemia em 2021, o Plenário da autarquia apreciou 38 procedimentos ético-disciplinares. Do total, 28,94% resultaram em instauração de processo ético (admitidos), 63,15% foram arquivados (não admitidos) e 5,26% foram conciliados.

Processos Admitidos



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Dos processos admitidos, a grande maioria (91%) de foram originadas de denúncias, revelando assim uma diminuição no caráter da admissibilidade no comparativo com ano anterior, onde as denúncias de auto de infração tiveram maior protagonismo.

No exercício foram julgados 27 processos ético-disciplinares que abarcam o período de 2017-2019, fruto da estratégia de diminuir o estoque de processos avolumados na autarquia. Processos Ético-Disciplinares Julgados

Quanto aos desfechos dos julgamentos de processos ético-disciplinares, em 2021, 28 profissionais de enfermagem foram julgados(as), tendo 21 absolvições, 06 advertências verbais e 02 multas. Embora tenham sido julgados 27 processos éticos o quantitativo de absolvição e/ou de aplicação de penalidade não correspondem ao quantitativo de processos, tendo em vista que em muitos processos tem mais de um profissional denunciado, e em algumas vezes aos denunciados foram aplicados mais de uma penalidade e alguns no mesmo processo foram absolvidos.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

A orientação técnica é um valor entregue à sociedade resultante das atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas do Coren-BA e seus grupos de trabalho, compostos por especialistas da área de enfermagem.

Através da realização de estudos, pareceres técnicos, reuniões e eventos, o conhecimento é disseminado e os(as) profissionais e a sociedade são orientados acerca dos assuntos atinentes à enfermagem.

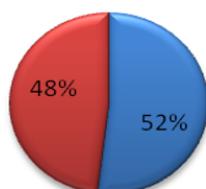
O Coren-BA promove grande parte dos seus eventos através do projeto Capacitar para Ficar Legal, em que são ministradas palestras e oficinas sobre o Código de Ética em Enfermagem, Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e Dimensionamento de Pessoal, além de outras temáticas demandadas pelos(as) profissionais de enfermagem. Todavia, com a ocorrência da pandemia a realização destes eventos foram suspensos dada a necessidade da manutenção das condições de distanciamento social .

A Câmara técnica participou e organizou cerca de 09 eventos, entre virtuais e presenciais, respeitando o Plano de Contingência aprovado pelo Plenário da autarquia em Janeiro de 2021 além da participação em 21 posses de comissões de ética instauradas em diversas instituições de saúde.

Além dos eventos, as Câmaras Técnicas são responsáveis pelo atendimento às manifestações registradas na Ouvidoria da autarquia que ensejem na elaboração de pareceres técnicos, que ficam disponíveis no sítio eletrônico do Coren-BA (www.coren-ba.gov.br), em Legislação > Pareceres Técnicos.

Atendimento as Solicitações de Orientação

■ Respondidas ■ Em aberto

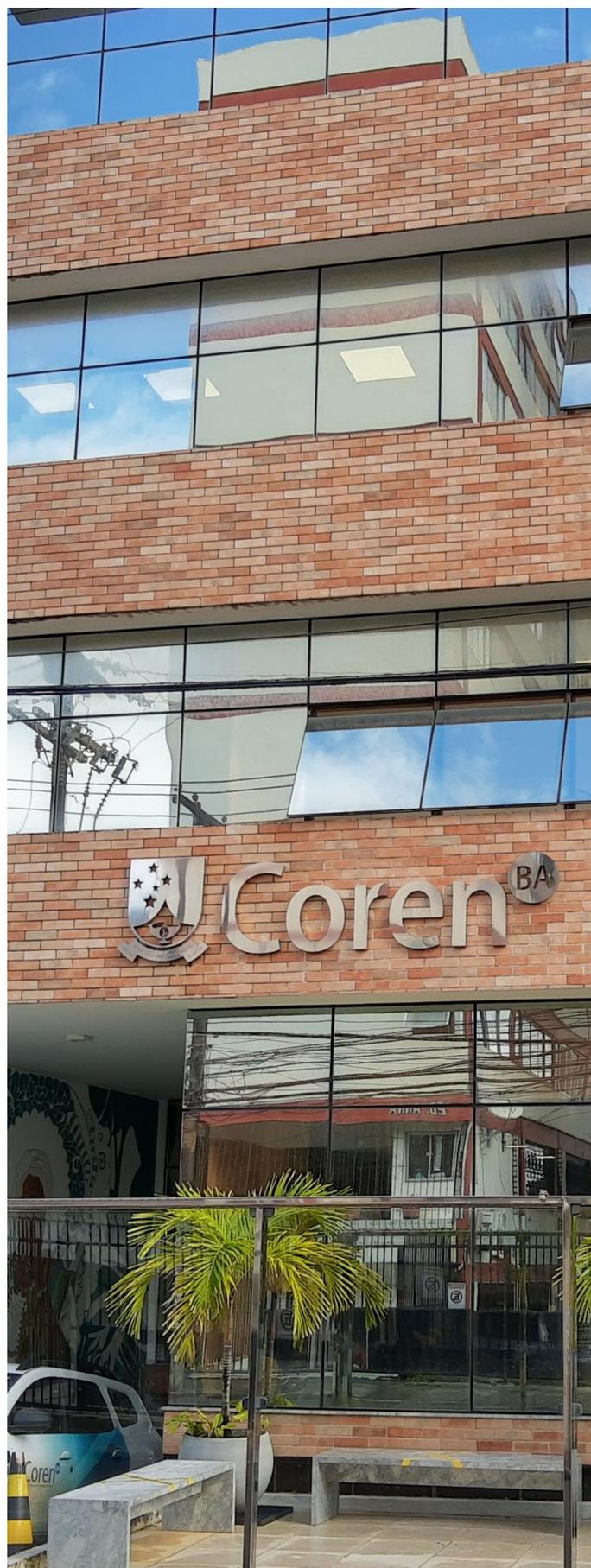
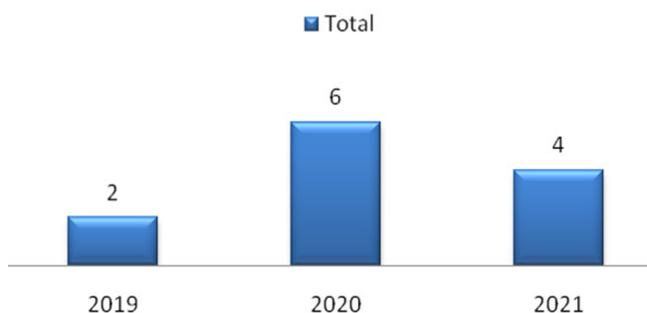


Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Das manifestações registradas em 2021 (212), cujo teor corresponde a uma demanda técnica, 52% foram respondidas no exercício, restando 48% em aberto. O número de manifestações respondidas apresentou crescimento de 25% em comparação ao exercício anterior.

Quanto aos pareceres técnicos, houve a elaboração de quatro, sendo todas relativas às competências técnicas-legais para o exercício da enfermagem.

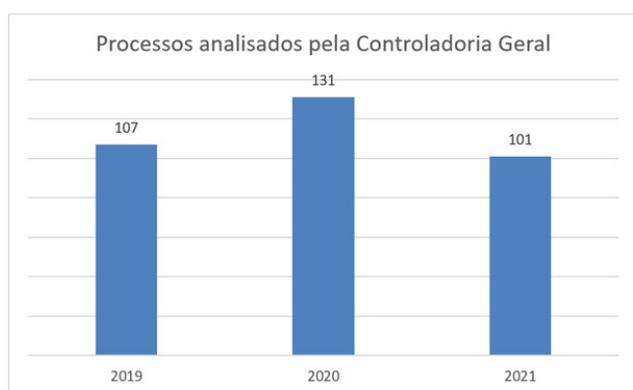
Pareceres Emitidos



3.5 RESULTADOS DA GOVERNANÇA INTERNA

CONTROLE INTERNO

Em 2021, foram submetidos à análise da Controladoria Geral 101 (cento e um) Processos Administrativos de contratações, quantidade inferior em 27% ao ano de 2020 e 6% em relação ao ano de 2019.



Dos processos administrativos de contratações apreciados no exercício em análise, foram emitidas recomendações para 59 (cinquenta e nove), uma alta de 26% em comparação ao ano anterior.

Fonte: Controladoria Geral (CG)

Descrição	Quantidade	Porcentagem
Processos analisados	101	100%
Processos sem recomendações	42	42%
Processos com recomendações	59	58%

Recomendações nos processos de contratações analisados em 2021



Dos processos administrativos de contratações analisados em 2021, 70% foram feitas através de processo de licitação; 13% de inexigibilidade e 16% de dispensa

Fonte: Controladoria Geral (CG)

Processos Administrativos (Licitações) - analisados em 2021

Concorrência	Convite	Dispensa	Inexigibilidade	Pregão	Total
1	0	16	13	71	101
1%	0%	16%	13%	70%	100%



Fonte: Controladoria Geral (CG)

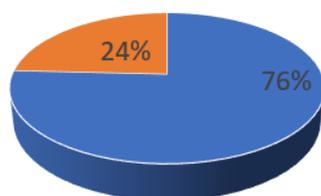
Em relação ao pagamento de diárias, todos os processos de concessão são encaminhados à Controladoria Geral para análise e liberação destes, previamente apreciadas pelo(a) gestor(a) responsável pela área. São verificadas a pertinência da viagem, a duração e o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas. Após a realização da viagem, as prestações de contas são encaminhadas para validação.

No exercício de 2021, ainda com reflexo das restrições e consequências resultantes da pandemia da COVID-19, foram analisados 95 processos de pagamento de diárias, 23 desses com irregularidade na apresentação de relatório de viagem, bilhetes de passagem e outros documentos comprobatórios, o que representa 24% dos processos analisados.

Análises dos processos de diárias – Exercício 2021:

Descrição	Quantidade	%
Processos analisados	95	100%
Processos regulares	72	76%
Processos com ausência do relatório de viagem, bilhetes de passagem e outros documentos comprobatórios	23	24%
Notificação para devolução de diária recebida a maior	0	0%

Processos de diárias (concessão e prestação de contas) analisados em 2021



■ Processos regulares ■ Processos com pendências

Fonte: Controladoria Geral (CG)

Também, em razão de investigações e de denúncias/representações, foram detectados indícios de irregularidades que ensejaram a instauração de 01 processo administrativo disciplinar; 03 processos administrativos sancionadores; e, 01 processo administrativo de sindicância de cunho investigativo

Os processos de pagamentos são analisados previamente pela Controladoria Geral e na análise são verificadas as retenções tributárias, a existência de contrato e empenho prévio, e a efetiva realização do serviço ou aquisição do bem, através do controle do atesto nos documentos fiscais.

No exercício de 2021 através da Decisão Coren-BA nº 149/2021 foi normatizado o procedimento de liquidação, empenho e pagamento no âmbito do conselho regional de enfermagem da Bahia, tendo como anexo o manual de fluxo para os processos de compras, contratações e pagamentos no âmbito do Coren-BA.

A Controladoria Geral analisa as folhas de pagamento quinzenal e mensal do Coren-BA antes do envio do arquivo eletrônico de pagamento, sendo realizado apontamentos sobre erros nas verbas salariais ou nos descontos legais. Destaca-se a importância dessa análise prévia, pois reduz substancialmente a ocorrência de erros que possam ocasionar prejuízos ao erário do Conselho.

Este Relatório de Gestão procura atender à Instrução Normativa nº 84 /2020, do Tribunal de Contas da União, apresentando as principais realizações do primeiro ano da Gestão 2021–2023 do Coren-BA. Foi organizado a partir de Relatórios Setoriais, elaborados pelas assessorias, departamentos, núcleos e unidades, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Gestão. Procuramos, com isso, dotar os profissionais abarcados pelo Conselho bem como toda a sociedade baiana, com a mais alta transparência de todos os nossos atos e ações praticados durante o exercício de 2021. É tempo de mais democracia. É tempo de mais controle social. Estimulemo-las!

De certo, que em 2021, passou a ser um ano atípico com a decisão Cofen 102/2021, que incorreu com o afastamento do Presidente do Coren-BA pelo período de 90 (noventa) dias e posteriormente prorrogada pela decisão 145/2021, por igual período.

Surpreendentemente, houve o cenário de redução dos processos licitatórios e de diárias, o que se pode presumir que foi em decorrência do afastamento desestabilizou o ambiente interno na organização, ocorrendo substituição de cargos comissionados, alterando o planejamento já traçado pela gestão.

RESULTADOS DA PROCURADORIA GERAL

À Procuradoria Geral (PROGER) cabe assessorar a gestão do Conselho diante das divergências de entendimento frente aos princípios da administração pública federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal, ingressar com Ações Civas Públicas na Justiça Federal e representações no Ministério Público e demais órgãos competentes, participar de audiências, participar de reuniões nas subseções do conselho, nas unidades de saúde e em demais órgãos públicos e privados, inscrever profissionais de enfermagem inadimplentes na dívida ativa, realizar o protesto das dívidas de anuidades do Conselho Regional de profissionais de enfermagem inadimplentes, e ingressar com Execuções Fiscais na Justiça Federal.

Ações Civas Públicas

As Ações Civas Públicas são, segundo o Superior Tribunal Federal (STF), “ações para responsabilizar os responsáveis por causar danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico ou a qualquer outro interesse coletivo ou interesse difuso”.

Quando as irregularidades identificadas pelas equipes do Departamento de Fiscalização (DEFIS) não são resolvidas administrativamente, a Procuradoria Geral (PROGER) age para buscar a eventual responsabilização por danos causados ao “interesse coletivo” em situações ligadas a atividade da categoria de enfermagem e a saúde pública.

Em 2021, foram efetuadas 89 notificações extrajudiciais para ajustes das irregularidades apontadas nos relatórios dos(as)

enfermeiros(as) fiscais, sendo propostas 42 ações civis públicas, com aumento de 256% e 320% respectivamente.

Medidas Judiciais para Reparação de Irregularidades



Fonte: PROCURADORIA GERAL (PROGER)

Nota-se que houve importante aumento nas medidas aplicadas para reparação de irregularidades, em relação ao ano de 2020, contudo ainda abaixo dos parâmetros em relação ao ano de 2019, o que é justificado pela ocorrência da pandemia no ano de 2020 e 2021, uma vez que houveram diversas circunstâncias tais como suspensões de prazos e fiscalizações exclusivamente para hospitais de campanha, o que influenciou de forma a reduzir os números em relação aos anos em que não havia pandemia. Atesta-se que, em alguns períodos do ano de 2021, não houve protocolo de Ações Civas Públicas relacionadas aos PADs que tramitam no DEFIS, diante de uma temporária suspensão de algumas atividades da fiscalização, assim como do redirecionamento de seu planejamento para ações direcionadas com as diretrizes do Cofen para ante o quadro epidemiológico da COVID-19.

A lista completa das Ações Civas Públicas ingressadas pelo Coren-BA pode ser encontrada no endereço:

<http://ba.corens.portalcofen.gov.br/acao-civil-publica>

Processos Trabalhistas

No ano de 2021 a carteira trabalhista da Procu-

radoria Geral atuou em 6 (seis) reclamações trabalhistas propostas por empregados que foram dispensados.

3ª Vara do Trabalho de Salvador

0000361-81.2019.5.05.0003

(COREN BA)(15679277000160)

4ª Vara do Trabalho de Salvador

0000177-30.2016.5.05.0004

(COREN BA)(15679277000160)

9ª Vara do Trabalho de Salvador

0001175-17.2015.5.05.0009

(COREN BA)(15679277000160)

20ª Vara do Trabalho de Salvador

0000341-39.2019.5.05.0020

(COREN BA)(15679277000160)

20ª Vara do Trabalho de Salvador

0000454-95.2016.5.05.0020

(COREN BA)(15679277000160)

1ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista

0000659-24.2021.5.05.0611

(COREN BA)(15679277000160)

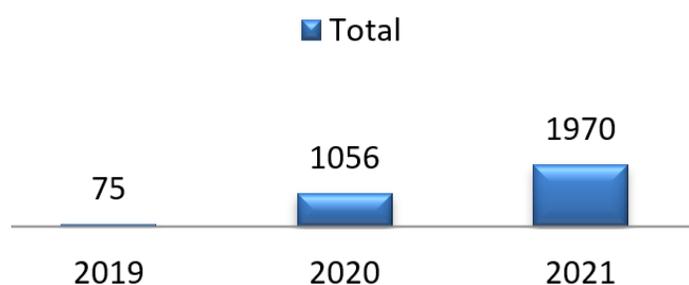
Em razão do quadro epidemiológico vivenciado em 2020, houve grande limitação à tramitação das dos processos trabalhistas fazendo com que, em sua maioria, mantivessem o mesmo status verificado ao final do exercício 2019.



SATISFAÇÃO DOS(AS) USUÁRIOS(AS)-CIDADÃOS(ÃS)

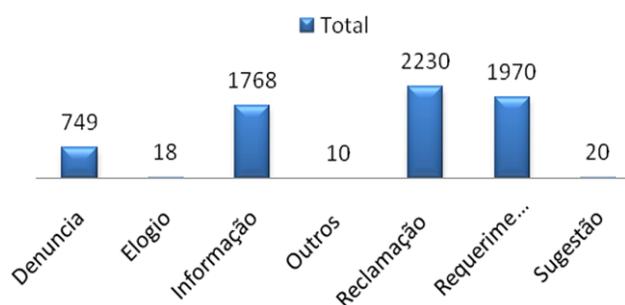
O ano de 2021 foi marcado por um expressivo aumento do número de manifestações registradas no canal de ouvidoria. Foram registradas 6.756 ocorrências, um aumento de 61,08% na comparação com o exercício anterior, com forte impulsão causada pela segunda onda da epidemia do Covid no Brasil.

Requerimentos



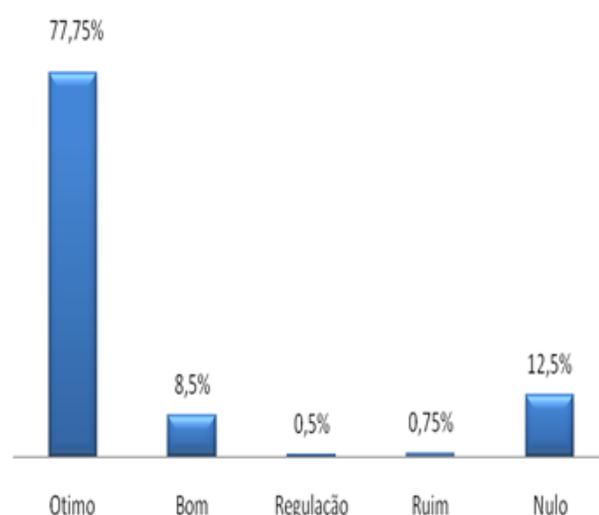
Nota-se que as reclamações mantiveram o maior conjunto (2230) das manifestações. Outro dado considerável revelando uma certa inflexão causado pelos efeitos da pandemia no tocante a segunda onda que assolou o país em 2021 e causou funcionamento parcial das atividades de atendimento, foi mais uma vez o crescimento do volume de requerimentos que apresentou um crescimento de 86% em relação ao quantitativo registrado no ano anterior. Quanto à medição da satisfação do(a) usuário(a)-cidadão(ã), a partir de 2020 foi agregada uma nova ferramenta de avaliação: o emissor de opinião ao fim de cada atendimento presencial, ferramenta essa vinculada ao novo sistema de gestão de atendimento implantado e que passa a ser a principal referência de avaliação da satisfação do(a) profissional de enfermagem com o Coren.

Manifestações



Analisando as opiniões emitidas para a sede e subseções, vê-se que 86,25% dos atendidos consideraram bom ou ótimo o serviço prestado pelo Coren-BA. Considera-se que contribuiu para a boa avaliação a implantação do serviço de agendamento de atendimento, eliminando o processo de fila e espera por atendimento e garantindo a prestação do serviço na hora marcada, gerando maior adequação à disponibilidade de horário do(a) profissional.

Satisfação dos Usuários

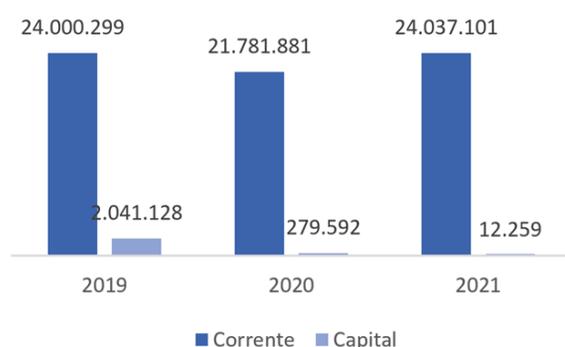


3.6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Decisão Coren-BA nº 192, de 22 de outubro de 2020, homologada pela Decisão Cofen nº 162/2020, aprovou a Proposta Orçamentária Anual - Exercício 2021 e fixou dotação para o atendimento das despesas no montante de R\$ 27.500.000,00. Deste montante, R\$ 250.000,00 foram contingenciados a partir da determinação do Conselho Federal e assim permaneceram até o final do exercício.

Quanto ao desempenho dos gastos em 2021, o valor executado foi 12,55% menor que o fixado no orçamento. A diferença, em valores absolutos equivaleu a 3,4 milhão de reais, sendo 99,61% desse montante verificado em despesa corrente (R\$ 3,4 milhão) e 0,39% em despesa de capital (R\$ 13,6 mil).

Evolução dos Gastos



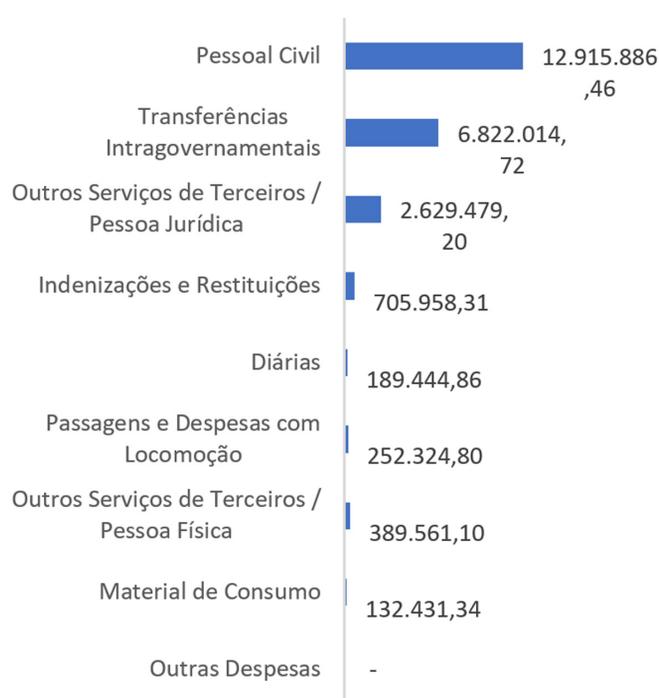
Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Os gastos no exercício somaram R\$ 24.049.359,79, sendo que 99,95% compunha as despesas correntes (gastos com a manutenção das atividades do conselho), e 0,05% foram investidos em despesas de capital (gastos com investimentos no patrimônio).

As despesas correntes foram elevadas em 10,35% na comparação com 2020, porém estiveram apenas 0,15% acima do patamar verificado em 2019, dado o comportamento atípico de receitas e despesas em 2020 por conta da pandemia da COVID-19. Os gastos com pessoal representaram 53,73% do total dessa categoria, o repasse da Cota parte ao Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) representou 28,38%, e os outros 17,89% foram com despesas de manutenção das atividades e funcionamento da autarquia.

Todos os gastos de capital foram para aquisição de equipamentos e material permanente, especificamente para máquinas e equipamentos

Despesas Correntes por grupo em 2021



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

A receita projetada para o exercício foi de R\$ 27.500.000,00, porém a receita auferida foi de R\$ 27.665.713,76, representando um crescimento de arrecadação percentual de 23,78% e nominal de R\$ 5.315.559,71, justificado pela melhoria do cenário de pandemia da COVID-19 e da não replicação das práticas de prorrogação de vencimento de anuidade e suspensão de ações de cobrança praticadas no exercício 2020

3.7 GESTÃO DE PESSOAS

Ao fim de 2021 o Coren-BA detinha uma força de trabalho composta por 143 pessoas, com queda de 4,86%, em relação ao exercício anterior.

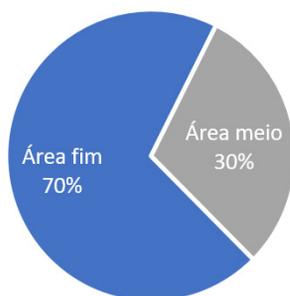
Distribuição da Força de Trabalho

Categoria	2019	2020	2021
Servidor(a)	123	120	123
Estagiário(a)	18	17	17
Aprendiz	3	0	3
Total	144	137	143

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Do total de servidores(as), 86,01% são servidores(as)/empregados(as) públicos(as) e 27,27% são empregados comissionados, tendo em sua composição 20% são enfermeiros(as) fiscais que atuam efetivamente em ações de fiscalização. Ao final do exercício, 143 (98,50%) estavam em atividade e 3 (2,33%) afastados.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Área



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Do total de servidores(as), pouco mais de dois terços (69,17%) estão alocados na área fim do conselho, 66,67% são mulheres e a grande maioria (48,33%) possui entre 36 e 45 anos.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Faixa Etária



Do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da autarquia, com atribuições previstas no Caderno de Estrutura Organizacional, aprovado pela Portaria Coren-BA nº 801, de 19 de agosto de 2019, ao fim do exercício o conselho possuía na estrutura 39 cargos comissionados, com 5 postos vagos, e 10 funções gratificadas totalmente ocupadas. Dos cargos comissionados preenchidos, 32,14% dos ocupantes eram servidores/empregados efetivos.

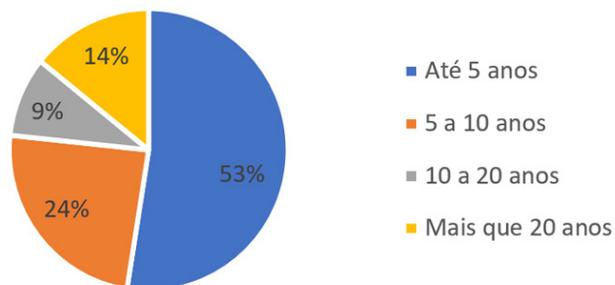
Distribuição dos Cargos Comissionados por Vínculo



Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

Quanto ao tempo de serviço prestado, observa-se que a maior parte dos(as) servidores(as) se encontra na faixa de até 5 anos.

Distribuição dos(as) Servidores(as) por Tempo de Serviço



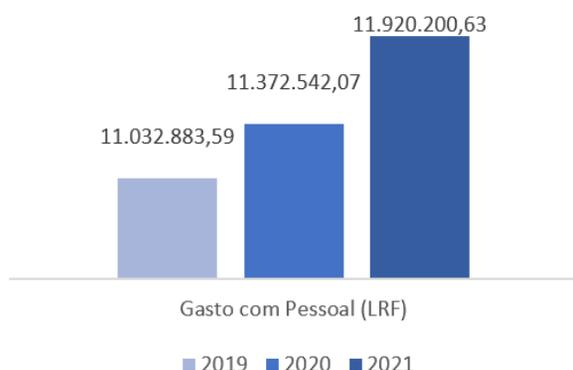
Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas (NUGEP)

GASTOS COM PESSOAL

As despesas de pessoal são, na sua totalidade, com servidores(as) da ativa, já que a autarquia não possui regime próprio de previdência. Em 2021, o gasto com pessoal civil alcançou R\$ 12.915.886,46, alta nominal de R\$ 612.889,81, e percentual de 4,98%, em relação a 2020.

O Coren-BA gastou R\$ 277.631,36 com estagiários(as) em 2021, alta de 27,17% em relação ao ano anterior, justificado pela ampliação da quantidade de postos existentes ao fim de 2020.

Gastos com Pessoal com base na LRF



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Com terceirização regular de mão de obra (motorista, telefonista, recepcionista e auxiliar de serviços gerais), o gasto alcançou R\$ 503.988,84 em 2021, com redução de 21,53% justificado pela não conclusão de novos processos licitatórios para contratação de mão de obra.

Índice de Pessoal com base na Resolução Cofen



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

A despesa de pessoal executada em 2021, de acordo com a Resolução Cofen nº 340/2008, alcançou o valor R\$ 11.920.200,63, perfazendo, ao fim do exercício, a 43,09% da Receita Corrente Líquida, portanto dentro do limite estabelecido pelo normativo.

Gastos Totais com Pessoal

Nome	2019		2020		2021		
	Acumulado	Acumulado	Varição (Nominal)	Varição (%)	Acumulado	Varição (Nominal)	Varição (%)
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	12.237.220,44	12.302.996,65	65.776,21	0,54%	12.915.886,46	612.889,81	4,98%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	8.075.707,07	8.323.742,38	248.035,31	3,07%	8.905.227,78	581.485,40	6,99%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.337.829,00	2.406.489,36	68.660,36	2,94%	2.510.984,01	104.494,65	4,34%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.555.213,07	1.572.764,91	17.551,84	1,13%	1.499.674,67	-73.090,24	-4,65%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	268.471,30	-	-268.471,30	-100,00%	-	-	-
ESTAGIÁRIOS	200.006,60	218.313,20	18.306,60	9,15%	277.631,36	59.318,16	27,17%
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	619.347,52	642.310,33	22.962,81	3,71%	503.988,84	-138.321,49	-21,53%
Total	13.056.574,56	13.163.620,18	107.045,62	0,82%	13.697.506,66	533.886,48	4,06%

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

3.8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Coren-BA realizou até 2020 as contratações por licitação através do sistema de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil. No ano de 2021 houve a migração para o sistema Comprasnet, do Governo Federal. Em 2021, foram realizados 43 (quarenta e três) processos de contratações, redução de 31,75% face ao ano anterior, com um custo total de R\$ 1.421.562,82, representando crescimento no volume contratado em relação ao exercício anterior.

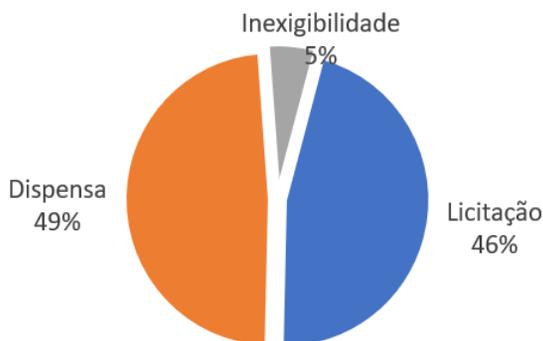
Evolução das Contratações por Forma



Fonte: Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em 2021, o processo licitatório permaneceu ocupando o posto de maior tipo de contratação em termos de números de processos instaurados, onde 55% (24) das contratações foram realizadas desta forma, sendo todas na modalidade de pregão eletrônico. Todavia, em termos de recursos movimentados a dispensa de licitação ocupou o posto de maior tipo, com 49% dos recursos sendo contratados deste modo.

Total das Dispensas por finalidade



Fonte: Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Tal resultado é justificado pela abertura de novo processo de contratação de serviços junto aos Correios que somaram o valor de R\$ 645.000,00, o qual responde por 94% do valor total empregado para as dispensas.

Além da contratação dos Correios, listam-se como principais novas contratações do Coren-BA em 2021 as seguintes:

- Serviço terceirizado de limpeza para sede e subseções;
- Serviço terceirizado de motoristas;
- Manutenção predial para sede e subseções;
- Cartão combustível para veículos;
- Publicação de atos administrativos no DOU.

Esses serviços, que são de caráter continuado, importaram em manutenção da infraestrutura de funcionamento da sede e subseções, além de abertura de novos processos licitatórios para objetos cujos contratos cumpriram o limite de 60 meses de renovação previsto em lei.

LISTAGEM DOS 20 CONTRATOS DE MAIOR VALOR GLOBAL VIGENTES ATÉ 31.12.2021

ITEM	PRO- CESSO ADMINIS- TRATIVO	CONTRATO	PREGÃO -ATA REGISTRO PREÇOS - DISPENSA - INEXIGIBILIDADE	CONTRATADO	CNPJ/CPF	VALOR GLOBAL DO CONTRATO ¹
1	46/2021	9912526306	DISP 03/2021	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)	34.028.316/0005-37	R\$645.000,00
2	385/2018	3/2019	PE 30/2018	" AGABM ASSESSORIA E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO LTDA - ME"	08.332.083/0001-28	R\$274.934,33
3	450/2019	4/2020	PE 36/2019 ARP 01/2020	L A VIAGENS E TURISMO LTDA	04.613.668/0001-65	R\$219.807,50
4	32/2018	20/2018	PE 08/2018	"PREMIER SERVIÇOS EMPREEN- DIMENTOS EIREL"	13.570.532/0001-06	R\$187.668,78
5	23/2018	22/2018	CONC 001/2018	CDLJ PUBLICIDADE LTDA	05.034.51/0001-58	R\$187.500,00
6	78/2020	16/2020	PE 018/2020 - ARP - LOTE I e II	ENTEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	13.745.542/0001-35	R\$151.597,36
7	80/2017	5029833	INEX 18/2017	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA	15.139.629/0001-94	R\$144.000,00
8	45/2021	06/2021	PE 12/2021	POSITIVA EMPREENDIMENTOS E SER- VIÇOS EIRELI	17.689.476/0001-84	R\$140.637,84
9	376/2019	33/2019	INEX 12/2019	LEME Consultoria em Gestão de RH Ltda	07.955.535/0001-65	R\$138.551,28
10	87/2017	55/2017	INEX 019/2017	INCORP TECHNOLOGY INFORMÁTICA LTDA	41.069.964/0001-73	R\$124.119,14
11	112/2020	18/2020	DISP 19/2020	"AX4B SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA"	22.233.581/0001- 44	R\$118.008,00
12	176/2019	16/2019	DISP 5/2019	HERMELINO LOPES DE OLIVEIRA NETO	162.734.005-04	R\$100.881,36
13	060/2021	04/2021	PE 11/2021	PRISMA SERVIÇO EIRELI	10.754.461/0001-03	R\$80.000,00
14	136/2021	03/2021	PE 19/2021	SMART SERVIÇOS LTDA	23.685.734/0001-57	R\$73.607,36
15	30/2017	21/2017	INEX 06/2017	"IMPLANTA INFORMÁTICA LTDA"	37.994.043/0001-40	R\$71.553,48
16	152/2021	01/2021	DISP 07/2021	LABCHECAP - LABORATÓRIO DE ANÁ- LISES CLÍNICAS	13.503.479/0001-20	R\$50.400,00
17	16/2018	26/2018	PE 15/2018	ALDITEC COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA	04.612.101/0001-74	R\$44.929,42
18	166/2018	06/2019	PE 24/2018	"MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA"	27.284.516/0001-61	R\$35.411,25
19	389/2018	05/2019	PE 33/2018	DATA PRINT INFORMÁTICA - ME	00.346.580/0001-73	R\$31.326,68
20	069/2020	14/2020	PE 11/2020	"WEBFOCO TELECOMUNICAÇÕES LTDA"	63.229.553/0001-30	R\$28.736,12

3.9 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O exercício de 2021 representou uma redução no volume de investimentos de capital em comparação aos anos anteriores. Foram gastos R\$ 12.259,00, investidos exclusivamente em máquinas e equipamentos.

Os investimentos consistiram na aquisição de aparelhos de ar-condicionado para equipar as subseções de Feira de Santana e de Juazeiro, contribuindo para a conclusão do projeto de reforma da subseção de Feira e melhoria da condição de funcionamento da subseção de Juazeiro.

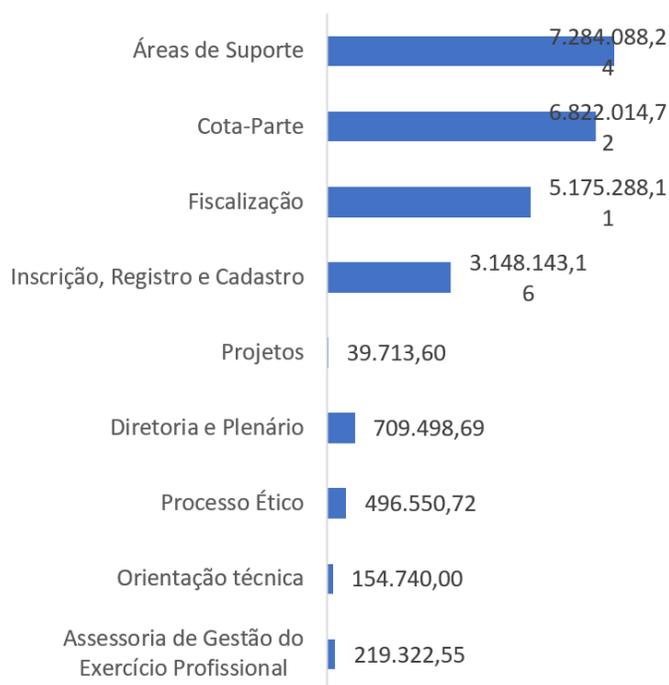
O Plano Plurianual elaborado pela organização em 2021 aponta para um horizonte de ampliação destes investimentos de capital ao longo dos próximos anos.

3.10 GESTÃO DE CUSTOS

O Coren-BA utilizou até 2021 a metodologia da elaboração do orçamento por centro de custos para acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Na Proposta Orçamentária Anual são fixadas as despesas com as atividades e projetos da autarquia, além dos repasses da Cota-Parte ao Conselho Federal.

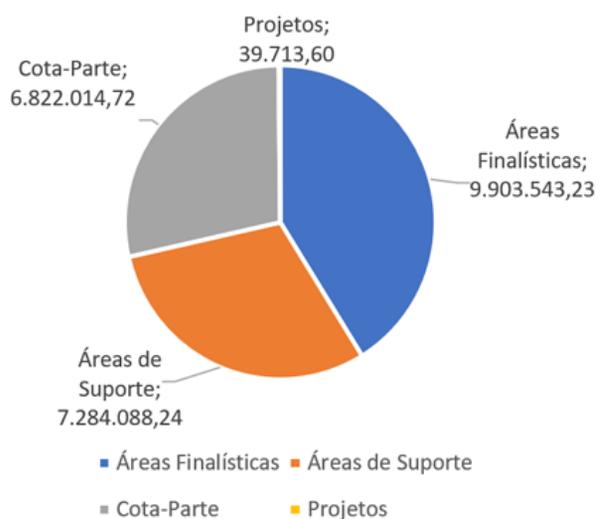
Os principais gastos do ano de 2021 estão detalhados seguir, com destaque para as áreas finalísticas.

Gastos por Área/Função em 2021



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

A distribuição dos gastos por finalidade está apresentada no gráfico a seguir, com as áreas de suporte ocupando 32% dos recursos, as finalísticas com 42% de participação, as transferências (Cota-Parte) 25%, e os projetos 1%.



Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão (APG)

Todas as categorias de gastos, exceto a de projetos, registraram aumento em comparação com o ano anterior. O maior aumento nominal foi registrado na categoria de Cota-Parte que teve um crescimento de R\$ 1.258.292,53 em relação ao verificado do ano anterior. O aumento decorreu da recuperação da capacidade de arrecadação da organização ante o cenário de queda verificado em 2020 em função da pandemia da COVID-19.



4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia são as seguintes:

- » Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia, demonstrando o resultado do superávit financeiro;
- » Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- » Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- » Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- » Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – são informações adicionais às Demonstrações Contábeis, com o objetivo de facilitar a compreensão destas a seus diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a seguir: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.

Declaro, considerando os procedimentos contábeis adotados ao longo do exercício de 2021, que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis, regidas pela a lei 4.320/64, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição, relativas ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia – COREN.

Salvador-Ba, 14de março de 2022.

Udson de Oliveira Martins Júnior
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673/O-1

4.2 DESEMPENHO FINANCEIRO-CONTÁBIL

O Coren-Ba realizou uma arrecadação no exercício 2021 no total de R\$ 27.665.713,76, sendo previsto 27.500.000,00, representando assim um excesso de arrecadação no total de R\$ 165.713,76, ou seja, um aumento de 0,60% com relação a previsão de arrecadação no ano 2021.

Quanto ao exercício 2020, a arrecadação fora de R\$ 22.350.154,05, tendo como comparativo o arrecadado no ano 2021, tivemos assim um excesso de arrecadação de R\$ 5.315.559,71, representando assim um aumento de 23,78% em relação a arrecadação no exercício anterior.

Da execução da despesa em 2021, foi orçado R\$ 27.250.000,00, sendo executado R\$ 23.614.622,99, ou seja, executando assim 85,87% do previsto.

Dos gastos com custeios em 2021 foi executado R\$ 15.382,67, quanto ao exercício 2020 foi executado R\$ 29.359,20, ou seja, houve uma redução de 47,61% em comparação ao exercício anterior.

Em relação aos gastos com investimentos no exercício 2021, houve uma redução de 95,62% em comparação ao executado no exercício 2020. Em 2021 os investimentos totalizaram R\$ 12.259,00, enquanto em 2020 os investimentos foram de R\$ 279.592,04

Em 2021 o Coren-Ba apresentou um superávit orçamentário de R\$ 4.051.090,17. Excluindo os gastos com investimentos, o resultado primário foi de R\$ 4.063.349,17, enquanto que o resultado primário em 2020 foi de R\$ 788.142,00.

O superávit financeiro ao final do exercício 2021 foi de R\$ 5.886.150,56, sendo no exercício 2020 o valor de R\$ 2.474.386,93, ou seja, um aumento de R\$ 3.411.763,63, representando assim um crescimento de 42,03% em relação ao exercício anterior. Importante salientamos, que esse valor poderá ser utilizado na abertura de créditos adicionais por superávit financeiro durante o exercício 2022.

Salvador-Ba, 14 de março de 2022.

**Udson de Oliveira Martins Jr.
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673**

4.3- BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	25.231.833,69	11.732.084,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.163.950,82	2.935.013,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	16.978.119,87	8.033.682,16
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.001.729,42	695.811,12
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0	0
ESTOQUES	88.033,58	67.577,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0	0
	0	0
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	48.883.021,8	49.237.462,81
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.256.088,98	41.265.639,99
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	41.205.313,59	41.214.882,96
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	56.303.306,01	56.312.875,38
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	10.902.958,16	10.902.958,16
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	26.000.950,58C	26.000.950,58C
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	50.775,39	50.757,03
INVESTIMENTOS	0	0
IMOBILIZADO	7.490.451,22	7.819.171,82
BENS MÓVEIS	3.579.990,08	3.570.335,08
BENS IMÓVEIS	6.243.614,15	6.243.614,15
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.333.153,01C	1.994.777,41C
INTANGÍVEL	136.481,6	152.651
SOFTWARES	253.287,5	253.287,5
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	116.805,90C	100.636,50C

PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	745.036,31	1.165.108,76
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	219.554,66	0
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0	0
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	181.023,3	119.638,18
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	13.106,87	0
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0	0
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0	955.585,91
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	331.351,48	89.884,67
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0	0
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0	0
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0	0
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0	0
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0	0
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0	0
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0	0
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0	0
RESULTADO DIFERIDO	0	0
	0	0
TOTAL DO PASSIVO	745.036,31	1.165.108,76

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	0	0
Ajuste de avaliação Patrimonial	31.894,61	31.894,61
Demais Reservas	0	0
Resultados Acumulados	73.337.924,57	59.772.544,08
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.369.819,18	59.804.438,69

TOTAL	74.114.855,49	60.969.547,45	TOTAL	74.114.855,49	-60.969.547,45
ATIVO FINANCEIRO	7.165.252,66	2.935.013,47	PASSIVO FINANCEIRO	1.279.102,1	460.626,54
ATIVO PERMANENTE	66.949.602,83	58.034.533,98	PASSIVO PERMANENTE	0	955.585,91
SALDO PATRIMONIAL				72.835.753,39	59.553.335

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	5.886.150,56	2.474.386,93

4.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	27.500.000,00	27.500.000,00	27.665.713,76	165.713,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.471.379,00	20.471.379,00	22.044.437,43	1.573.058,43
RECEITAS PATRIMONIAIS	288.276,00	288.276,00	254.637,53	-33.638,47
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.176.940,00	2.176.940,00	2.341.938,53	164.998,53
SERVIÇOS FINANCEIROS	121.350,00	121.350,00	0,00	-121.350,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.055.590,00	2.055.590,00	2.341.938,53	286.348,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.563.405,00	4.563.405,00	3.024.700,27	-1.538.704,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.458,00	22.458,00	44.412,51	21.954,51
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.240.495,00	2.240.495,00	743.396,52	-1.497.098,48
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	17.719,41	17.719,41
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	27.500.000,00	27.500.000,00	27.665.713,76	165.713,76
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.500.000,00	27.500.000,00	27.665.713,76	165.713,76

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	27.487.127,35	27.474.127,35	24.037.100,79	23.602.363,99	23.142.645,45	3.437.026,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	13.184.309,42	13.334.017,67	12.915.886,46	12.915.886,46	12.686.263,12	418.131,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.302.817,93	14.140.109,68	11.121.214,33	10.686.477,53	10.456.382,33	3.018.895,35
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	6.802.931,00	6.883.921,39	6.822.014,72	6.735.553,85	6.735.553,85	61.906,67
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	12.872,65	25.872,65	12.259,00	12.259,00	12.259,00	13.613,65
INVESTIMENTOS	12.872,65	25.872,65	12.259,00	12.259,00	12.259,00	13.613,65
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.872,65	25.872,65	12.259,00	12.259,00	12.259,00	13.613,65
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	27.500.000,00	27.500.000,00	24.049.359,79	23.614.622,99	23.154.904,45	3.450.640,21
SUPERÁVIT	0,00	0,00	3.616.353,97	0,00	0,00	3.616.353,97
TOTAL	27.500.000,00	27.500.000,00	27.665.713,76	23.614.622,99	23.154.904,45	-165.713,76

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.710,00	219.869,02	76.710,15	73.165,15	75.064,55	95.804,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	27.710,00	219.869,02	76.710,15	73.165,15	75.064,55	95.804,32
INVESTIMENTOS	3.524,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.524,67
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	3.524,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.524,67
TOTAL:	31.234,67	219.869,02	76.710,15	73.165,15	75.064,55	99.328,99

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	110.463,18	99.251,88	1.546,56	9.664,74
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	81.071,48	81.071,48	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	29.391,70	18.180,40	1.546,56	9.664,74
INVESTIMENTOS	0,00	9.175,00	9.175,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	9.175,00	9.175,00	0,00	0,00
TOTAL:	0	119.638,18	108.426,88	1.546,56	9.664,74

4.5 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	27.665.713,76	22.350.154,05	Despesa Orçamentária	24.049.359,79	22.061.473,11
RECEITA REALIZADA	27.665.713,76	22.350.154,05	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	434.736,80	219.869,02
RECEITA CORRENTE	27.665.713,76	22.350.154,05	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	459.718,54	119.638,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.044.437,43	18.436.993,96	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	23.154.904,45	21.721.965,91
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	22.044.437,43	18.436.993,96	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	23.142.645,45	21.451.548,87
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	21.978.621,64	18.409.585,90	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	12.686.263,12	12.302.996,65
Anuidades Do Exercício - P.F.	15.112.492,66	13.839.908,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	12.686.263,12	12.302.996,65
Anuidades De Exercícios Anteriores - P.F.	6.866.128,98	4.569.677,29	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.905.227,78	8.323.742,38
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	65.815,79	27.408,06	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.281.360,67	2.406.489,36
RECEITAS PATRIMONIAIS	254.637,53	97.003,18	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.499.674,67	1.572.764,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	254.637,53	97.003,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.456.382,33	9.148.552,22
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.341.938,53	1.543.188,54	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	6.735.553,85	5.482.650,71
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.341.938,53	1.543.188,54	CONTRIBUIÇÕES	6.735.553,85	5.482.650,71
Expedição De Carteira	2.225,38	2.868,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	3.720.828,48	3.665.901,51
Outros Serviços Administrativos	2.338.050,69	1.537.726,68	DIÁRIAS	164.870,00	63.017,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.024.700,27	2.272.968,37	MATERIAL DE CONSUMO	87.076,66	119.144,92
MULTAS E JUROS DE MORA	2.219.171,83	1.515.377,35	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	214.791,57	138.204,42
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	2.216.923,21	1.515.315,68	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	371.331,97	234.001,12
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	2.207.066,47	1.515.019,86	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.263.327,39	2.533.311,27
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	9.856,74	295,82	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	188,70	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	2.248,62	61,67	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.955,10	558,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.412,51	1.374,95	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.434,27	7.876,25
INDENIZAÇÕES	8.911,07	1.369,80	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	599.852,82	569.786,70
RESTITUIÇÕES	35.501,44	5,15	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	12.259,00	270.417,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	743.396,52	741.198,46	INVESTIMENTOS	12.259,00	270.417,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	743.396,52	741.198,46	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	12.259,00	270.417,04
Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	743.396,52	741.198,46	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.259,00	166.329,44
Dívida Ativa em Fase Administrativa	231.232,49	210.984,87	OBRAS E INSTALAÇÕES		104.087,60
Dívida Ativa em Fase Executiva	512.164,03	530.213,59			
RECEITAS DIVERSAS	17.719,41	15.017,61			
OUTRAS RECEITAS	17.719,41	15.017,61			

Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	7.319.196,38	6.821.346,94	Pagamentos Extraorçamentários	6.777.913,85	8.966.244,51
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	434.736,80	219.869,02	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	73.165,15	1.813.108,59
Inscrição de Restos a Pagar Processados	459.718,54	119.638,18	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	108.426,88	344.579,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.179.616,78	2.182.691,76	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.997.393,42	2.359.494,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.245.124,26	4.299.147,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.598.928,40	4.449.062,04
Saldo em espécie do Exercício Anterior	3.254.013,47	5.110.230,10	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	7.411.649,97	3.254.013,47
Caixa e Equivalente de Caixa	2.935.013,47	5.110.230,10	Caixa e Equivalente de Caixa	7.163.950,82	2.935.013,47
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	319.000,00		Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	247.699,15	319.000,00
Total:	38.238.923,61	34.281.731,09		38.238.923,61	34.281.731,09

4.6 DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	36.602.147,02	33.534.112,63	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	23.036.766,53	26.572.880,57
CONTRIBUIÇÕES	31.805.795,21	30.383.195,72	PESSOAL E ENCARGOS	11.938.369,21	12.164.321,53
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	31.805.795,21	30.383.195,72	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	8.113.725,44	8.206.927,24
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	31.805.795,21	30.383.195,72	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	8.113.725,44	8.206.927,24
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.341.625,82	1.511.135,04	ENCARGOS PATRONAIS	2.268.232,77	2.384.629,38
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.341.625,82	1.511.135,04	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	1.734.483,31	1.829.001,10
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.341.625,82	1.511.135,04	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	533.749,46	555.628,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.387.476,02	1.610.762,73	BENEFICIOS A PESSOAL	1.556.411,00	1.572.764,91
JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.201.016,20	1.513.759,55	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	1.556.411,00	1.572.764,91
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.201.016,20	1.513.759,55	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.732.169,04	4.012.842,88
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	186.459,82	97.003,18	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	84.513,96	142.653,41
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	186.459,82	97.003,18	MATERIAL DE CONSUMO	84.513,96	142.653,41
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	4.083,60	SERVICOS	3.293.110,08	3.299.108,11
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	4.083,60	DIÁRIAS	167.070,00	62.720,61

OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	4.083,60	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	389.561,10	252.161,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.249,97	24.935,54	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.736.478,98	2.984.226,38
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	67.249,97	24.935,54	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	354.545,00	571.081,36
INDENIZACÕES	65.703,41	23.890,48	DEPRECIACÃO	338.375,60	545.812,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.546,56	1.045,06	AMORTIZACÃO	16.169,40	25.269,00
	0,00	0,00	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.955,10	558,86
	0,00	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	4.955,10	558,86
	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	4.955,10	558,86
	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	6.735.553,85	5.563.722,19
	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.735.553,85	5.563.722,19
	0,00	0,00	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDACÃO	6.735.553,85	5.563.722,19
	0,00	0,00	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	2.604,00	4.245.103,09
	0,00	0,00	REAVALIACÃO, REDUCÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	4.197.085,70
	0,00	0,00	REDUCÃO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	0,00	4.197.085,70
	0,00	0,00	DESINCORPORACÃO DE ATIVOS	2.604,00	48.017,39
	0,00	0,00	DESINCORPORACÃO DE ATIVOS	2.604,00	48.017,39
	0,00	0,00	VPD - TRIBUTARIAS	188,70	0,00
	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	188,70	0,00
	0,00	0,00	TAXAS	188,70	0,00
	0,00	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	622.926,63	586.332,02
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	622.926,63	586.332,02
	0,00	0,00	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	622.926,63	586.332,02
Total das Variações Ativas :	36.602.147,02	33.534.112,63	Total das Variações Passivas :	23.036.766,53	26.572.880,57
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	13.565.380,49	6.961.232,06
Total	36.602.147,02	33.534.112,63	Total	36602147,02	33.534.112,63

4.7 DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	27.665.713,76	22.350.154,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.044.437,43	18.436.993,96
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	22.044.437,43	18.436.993,96
RECEITAS PATRIMONIAIS	254.637,53	97.003,18
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.341.938,53	1.543.188,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.024.700,27	2.272.968,37
MULTAS E JUROS DE MORA	2.219.171,83	1.515.377,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.412,51	1.374,95
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	743.396,52	741.198,46
RECEITAS DIVERSAS	17.719,41	15.017,61
OUTROS INGRESSOS	6.496.041,89	6.482.296,86
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	23.142.645,45	21.451.548,87
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	12.686.263,12	12.302.996,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	12.686.263,12	12.302.996,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.456.382,33	9.148.552,22
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	6.735.553,85	5.482.650,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	3.720.828,48	3.665.901,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	12.259,00	270.417,04
INVESTIMENTOS	12.259,00	270.417,04
OUTROS DESEMBOLSOS	6.777.913,85	9.285.701,63
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.241.196,35	-1.904.799,59
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	104.087,60
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.259,00	166.329,44
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.259,00	-270.417,04
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.228.937,35	-2.175.216,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.935.013,47	5.110.230,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	7.163.950,82	2.935.013,47

4.8 NOTA EXPLICATIVA

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Enfermagem é uma Autarquia Federal, criada pela Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 1973. Dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, a habilitação, regulação e fiscalização do exercício profissional e serviços de enfermagem, visando à proteção da sociedade.

A sua missão é promover o exercício ético e legal da Enfermagem na Bahia, ao habilitar, regular, orientar e fiscalizar atuação profissional e institucional, visando à prestação de uma assistência segura e qualificada à sociedade e a valorização desses profissionais.

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V– Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstra-

ção dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE).

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, representando, portanto, uma posição estática.

Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades, apresentada em caixa e equivalente de caixa correspondem aos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato. São os saldos bancários em contas de movimentação, arrecadação e aplicações financeiras.

O saldo de **R\$ 7.163.950,82**, está representado da seguinte forma:

Banco contas de Arrecadação	R\$ 2.480,70
Aplicações Financeiras	R\$ 7.161.470,12

CRÉDITOS A CURTO PRAZO

As receitas foram reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos a curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas, cartão de crédito e dívida ativa de anuidades pessoas físicas e estão representados da seguinte forma:

Créditos a receber de anuidades pessoas físicas	R\$15.210.193,68
Créditos a receber de anuidades pessoas jurídicas	R\$ 21.787,94
Créditos a receber de cartão	R\$ 282.228,80
Dívida Ativa de anuidades pessoas físicas	R\$ 1.463.909,45

Os créditos a receber a curto prazo, de anuidades e dívida ativa, foram mensurados com base na expectativa de recebimentos prevista no orçamento para 2022.

DEMAIS CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Demais créditos a curto prazo estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal, créditos por dano ao patrimônio e outros créditos a receber, e estão representados da seguinte forma:

Adiantamentos concedidos a pessoal	R\$ 709.488,31
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 18.766,23
Depósitos Judiciais Trabalhistas	R\$ 247.699,15
Outros créditos a receber	R\$ 25.775,73

ESTOQUE

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da Instituição, sendo as saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado.

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas e dívida ativa de anuidades pessoas físicas, deduzido dos ajustes de perdas de créditos e estão representados da seguinte forma:

Créditos a receber de anuidades pessoas físicas	R\$ 55.295.173,88
Créditos a receber de anuidades pessoas jurídicas	R\$ 1.017.701,50
Créditos a receber de dívida ativa	R\$ 10.902.958,16
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas físicas	R\$ 15.819.737,91
(-) Ajuste de perdas de créditos de anuidades pessoas jurídicas	R\$ 780.713,27
(-) Ajuste de perdas de créditos de dívida ativa	R\$ 9.400.499,40

O Regional utilizou como o critério de cálculo da provisão para créditos de liquidações duvidosas, das anuidades pessoas físicas e jurídicas, a média percentual dos recebimentos ao longo dos exercícios de 2012 a 2019, em relação às anuidades do mesmo período, do qual inferiu o percentual de inadimplência, aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber.

Anuidades Pessoas físicas	
Créditos a receber até 2019	44.725.933,70 73%
Créditos a receber até 2020	16.360.105,34 27%
Total de Créditos a receber	61.086.039,04
Cartão de crédito	282.747,16
Créditos anuidades	60.803.291,88
Anuidades 2012 a 2019	171.099.489,54
Arrecadado 2012 a 2019	126.583.366,49
% de recebimento	74%
% de inadimplência	26%
PCLD sem créditos de anuidades até 2019	11.636.651,71
PCLD sem créditos de anuidades 2020	4.183.086,20
Anuidades Pessoas jurídicas	
Créditos a receber até 2019	976.306,40 96%
Créditos a receber até 2020	44.217,10 4%
Total de Créditos a receber	1.020.523,50
Anuidades 2012 a 2019	990.954,62
Arrecadado 2012 a 2019	232.861,91
% de recebimento	23%
% de inadimplência	77%
PCLD sem créditos de anuidades	780.713,27

O Regional utilizou como o critério de cálculo da provisão para créditos de liquidações duvidosas, da dívida ativa, a média percentual dos recebimentos ao longo dos exercícios de 2001 a 2019, em relação às inscrições do mesmo período, do qual se inferiu o percentual de inadimplência, aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber.

Anuidades 2001 a 2019	18.376.721,67
Recebimentos 2001 a 2019	5.233.268,51
Créditos a Receber	13.143.453,16
% de recebimento	28%
% de inadimplência	72%
PCLD	9.400.499,40

DEMAIS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Corresponde à tributos a recuperar/compensar, créditos por dano ao patrimônio proveniente de créditos administrativos, depósitos judiciais trabalhistas e outros depósitos judiciais (Ações Cíveis), e estão representados da seguinte forma:

Tributos a recuperar/compensar	R\$ 7.915,29
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 12.837,91
Depósitos judiciais trabalhistas	R\$ 20.710,19
Outros depósitos judiciais (Ações Cíveis)	R\$ 9.312,00

IMOBILIZANDO

Os bens móveis estão mensurados ao custo de aquisição.

Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

Os bens móveis estão compostos da seguinte forma:

Aparelhos de cine, foto e som	R\$ 77.831,12
Biblioteca	R\$ 4.005,55
Equipamentos de informática	R\$ 1.523.519,40
Máquinas, motores e aparelhos	R\$ 268.075,78
Mobiliários em geral	R\$ 703.667,62
Utensílios de copa e cozinha	R\$ 13.085,37
Veículos	R\$ 972.255,10
Bens inservíveis	R\$ 17.550,14
(-) Depreciação bens móveis	R\$ 2.333.153,01

Composição de Bens Imóveis

Casa sito à Rua Junqueira Ayres, nº 31	R\$ 400.000,00
Casa sito à Rua General Labatut, nº 05	R\$ 868.382,64
Edifício sito à Rua General Labatut, nº 273	R\$ 4.753.349,66
Instalações	R\$ 221.881,85

O Intangível está mensurado pelo custo de aquisição, correspondem licenças de uso de sistemas e softwares.

A Instituição efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de Informática	20%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Casa e Edifícios	4%
Software e Licenças	20%

OBRIGAÇÕES

As obrigações são mensuradas pelo valor original, e as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimentos.

Fornecedores e contas a pagar curto prazo representa os Restos a Pagar Processados, que registram as despesas empenhadas e liquidadas a serem pagas no exercício seguinte. Sua escrituração obedeceu às normas da Lei 4.320/65.

Compõe os restos a pagar as obrigações a curto prazo com encargos sociais, fornecedores, obrigações fiscais, obrigação com o Conselho Federal de Enfermagem, relativa à cota-parte e outras obrigações.

Encargos Sociais a Pagar	R\$ 219.554,66
Fornecedores	R\$ 181.023,30
Pis/Pasep a Recolher	R\$ 13.106,87
Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 59.243,45

As Provisões constituem obrigações existentes da entidade proveniente de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potenciais de serviços com a característica de terem algum grau de incerteza, quanto a valor e data de pagamento. As provisões a curto prazo representam as obrigações com férias, 13º salário e respectivos encargos (INSS, FGTS e PIS). Compõe o saldo das provisões, as sobre férias e encargos (INSS, FGTS e PIS).

As demais obrigações a curto prazo correspondem às consignações em folha de pagamento e tributos retidos

Consignações em Folha	R\$ 47.856,78
Consignações de tributos retidos	R\$ 224.251,25

A Instituição apresentou um superávit financeiro de R\$ 5.886.150,56 e o patrimônio líquido apresenta um saldo de R\$ 73.369.819,18, composto da seguinte forma:

Reavaliação de bens imóveis	R\$ 31.894,61
Superávit do exercício	R\$ 13.565.380,49
Superávit de exercícios anteriores	R\$ 59.772.544,08

Reavaliação de bens imóveis registra a valorização do ativo pela reavaliação do imóvel sito à Rua Junqueira Ayres, nº 31, Barris, Salvador – Ba.

A Instituição apresentou um superávit financeiro, diferença entre o ativo financeiro, representado pelas disponibilidades em bancos e o passivo financeiro, representado pelas obrigações, apurado no balanço patrimonial, no valor de R\$ 5.886.150,56.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No início do exercício de 2020 o saldo inicial apurado no Balanço Financeiro era de R\$ 2.935.013,47, após o encerramento do exercício o saldo que passa para o exercício seguinte é de R\$ 7.163.950,82, havendo um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 4.228.937,35.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

No exercício de 2021 foi prevista uma receita corrente de R\$ 27.500.000,00, sendo a arrecadação de 27.665.713,16, ou seja, um excesso de arrecadação de R\$ 165.713,16.

A receita corrente realizada foi de R\$ 27.665.713,16, enquanto que a despesa corrente foi de R\$ 23.602.363,99, resultando num superávit orçamentário de R\$ 4.063.349,17.

Salvador-Ba, 16 de março de 2022.

Udson de Oliveira Martins Jr.
Gerente do DEFIN
Contador
CRC/BA 028.673





Coren^{BA}
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia